

VOL.19 - Nº 42 - JUNHO DE 2008

ISSN 1676-0336

ATERCEIRIDADE

Estudos sobre Envelhecimento

SESCSP

Trajetória do Interfórum do Cidadão Idoso e dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos - Um Sujeito Coletivo e Político - 1995-2005

ATERCEIRIDADE

Estudos sobre Envelhecimento

VOLUME 19 - Nº 42 - JUNHO 2008

Publicação técnica editada pelo SESC

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

ISSN 1676-0336

SESCSP

A Terc. Id.

São Paulo

v.19

n.42

p. 1 - 72

junho/2008

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

Administração Regional no Estado de São Paulo

Presidente do Conselho Regional: Abram Szajman

Diretor do Departamento Regional: Danilo Santos de Miranda

Superintendente Técnico-Social: Joel Naimayer Padula

Superintendente de Comunicação Social: Ivan Giannini

Gerente de Estudos e Programas da Terceira Idade: Cláudio Alarcon

Gerente Adjunto: Lilia Ladislau

Gerente de Artes Gráficas: Hélcio Magalhães

Comissão Editorial

José Carlos Ferrigno (Coordenação), Celina Dias Azevedo, Elizabeth Brasileiro, Evelim Moraes, Fernando Fialho, Flávia Roberta Costa, Maria Aparecida Ceciliano de Souza, Marta Lordello Gonçalves, Maurício Trindade, Regina Célia Sodré Ribeiro
Secretaria: Carla Ferreira da Silva

Editoração Gráfica e capa: Lourdes Teixeira Benedan

Fotografias: capa: Isabel D'Elia; págs. 7, 22, 44 e 52: Nilton Silva; pág. 30: Fotomontagem: Lourdes Teixeira Benedan / Fotos: Cristiane Ferrari; págs. 63 e 68 e 4^a capa: Tania Meinerz; pág. 64: Elizabeth Brasileiro.

Revisão: Flávio Barros

Artigos para publicação podem ser enviados para avaliação

da comissão editorial, nos seguintes endereços:

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC-SP

REVISTA "A TERCEIRA IDADE" - (GETI)

AV. ÁLVARO RAMOS, 991 - 2º ANDAR

CEP 03331-000 - SÃO PAULO - SP

Fone: (11) 2607-8241 Fax: 2607-8250

ou

e-mail: revista3idade@sescsp.org.br

A Terceira Idade: Estudos sobre Envelhecimento /Serviço Social do Comércio. ST

- Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade. Ano 1 n. 1 (set. 1988)-

.-São Paulo: SESC-GETI, 1988-

A Terceira Idade 1988 - 2006

Quadrimestral

ISSN 1676-0336

1. Gerontologia-Periódicos 2. Idosos-Periódicos I. Serviço Social
do Comércio

CDD 362.604

Esta revista está indexada em:

Edubase (Faculdade de Educação/UNICAMP)

Sumários Correntes de Periódicos Online

SIBRA (SIBRADID - Sistema Brasileiro de Documentação e Informação

Desportiva - Escola de Educação Física - UFMG)

Trajatória do Interfórum do Cidadão Idoso e dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos – Um Sujeito Coletivo e Político – 1995-2005

Áurea E. Soares Barroso

7



Trabalho e Qualidade de Vida para além dos 45 Anos

Cilene Swain Canôas, José Walter Canôas

22



Análise da Automotivação em Idosos para a Prática da Atividade Física

Marcos Gonçalves Maciel

30



Avaliação Neuropsicológica do Idoso

Mônica Giaretton Bicca, Analise de Souza Vivan, Irani Iracema de Lima Argimon

44



O Idoso, a Educação Popular e a Política Social. Uma Leitura a partir de Paulo Freire

Teresinha Maria Nelli Silva

52



ENTREVISTA

Billy Blanco
Compositor

63



Cidadão Idoso: Um Emblema da Contemporaneidade

Há algumas décadas, velhice era assunto que basicamente nos remetia à idéia de perdas e limitações na esfera médica e social. Além da pouca visibilidade dos mais velhos, devido à sua baixa expressão estatística, também seu estilo de vida, recolhidos que ficavam a seus lares, os tornava socialmente ausentes. A partir dos anos 60 e 70, gradativamente a imagem do idoso se tornou mais complexa e mais nuançada aos olhos da sociedade brasileira. Passamos a não associar o idoso necessariamente à idéia de fragilidade e incompetência, mas de alguém com potencialidades e, portanto, alvo de investimento. Passamos a falar da velhice não só como fonte de carência, mas como fonte de recursos para a coletividade.

Podemos associar tais mudanças de paradigma a fatores como aumento populacional da Terceira Idade, desenvolvimento da ciência gerontológica e a atuação dos “aliados sinceros” à causa do idoso, ou seja, especialistas, pesquisadores, trabalhadores sociais, políticos, etc, organizados, ou não, em instituições voltadas à promoção da velhice. Nesse sentido, o SESC exerceu uma ação pioneira ao formar nos anos 60 e 70, os Grupos de Convivência e as Escolas Abertas da Terceira Idade, modalidades de atendimento à pessoa idosa que hoje se encontram espalhadas pelo país, realizadas por prefeituras, governos estaduais, universidades e outras instituições.

Mas, se pessoas e agências, públicas ou privadas, foram e prosseguem sendo importantes para o surgimento dessas novas representações sociais da velhice, aos próprios idosos devem ser creditadas boa parte da responsabilidade por tais transformações. Ao observador minimamente atento não é difícil

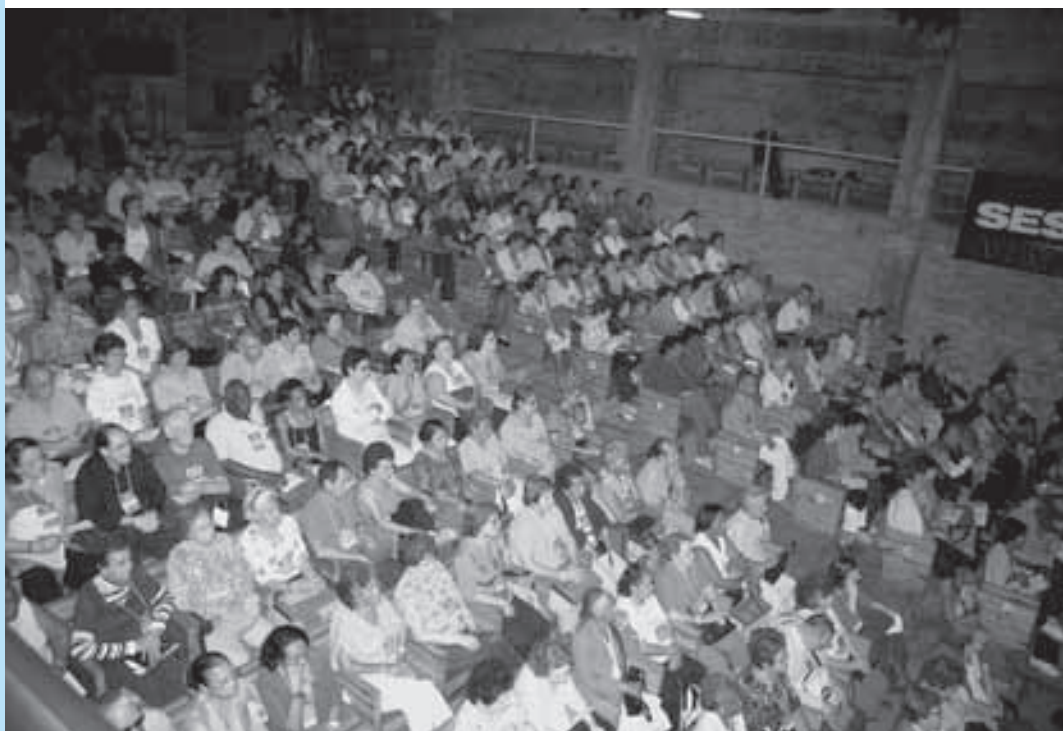
perceber a crescente presença do idoso nos espaços públicos. Cada vez mais, os velhos “ocupam a cena” e, às vezes, no papel de decisivos protagonistas. Os conselhos municipais e estaduais de idosos, o Conselho Nacional do Idoso e outras formas de mobilização e organização da Terceira Idade atestam a emergência de um cidadão idoso.

A propósito, nesta edição, destacamos o artigo da professora Áurea Soares Barroso, que analisa a influência das ações do Interfórum do Cidadão Idoso e dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos na conquista de direitos sociais. Em que pese todas as dificuldades apontadas pela pesquisadora, como falta de verbas, insuficiente preparo das lideranças para a compreensão do funcionamento “máquina pública”, os resultados têm sido muito positivos, a começar pela aproximação do cidadão ao poder público, sobretudo, no âmbito municipal. Há ainda muito a ser feito, mas paulatinamente estamos superando as seqüelas impostas por regimes de exceção e políticas clientelistas ao longo de nossa história. Nesse novo e promissor contexto, o SESC mantém seu compromisso com a valorização dos idosos, oferecendo a eles oportunidade de acesso a bens culturais e estimulando sua produtividade nos vários campos da cultura brasileira.

Danilo Santos de Miranda

Diretor Regional do SESC São Paulo

Trajetória do Interfórum do Cidadão Idoso e dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos – Um Sujeito Coletivo e Político – 1995-2005*



[...] quando compreendermos o que é a condição dos velhos, não podemos contentar-nos em reivindicar uma política da velhice mais generosa, uma elevação das pensões, habitações mais sadias, lazeres organizados. É todo o sistema que está em jogo, e a reivindicação só pode ser radical: mudar a vida.

SIMONE DE BEAUVOIR (1990)

**ÁUREA E. SOARES
BARROSO**

*Mestre em Gerontologia e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Coordena com a profa. Irene Arcuri o Curso de Especialização em Gerontologia do Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG). Pesquisadora e idealizadora do site www.portaldoenvelhecimento.net.
haathor@uol.com.br*

* Este artigo resulta da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da PUC-SP em 2007, sob orientação da profa. Maria Lúcia Carvalho da Silva, docente do Programa e coorientação da profa. Dra. Alcina Maria Martins, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga em Coimbra, Portugal a partir de uma bolsa concedida pela Capes.

Resumo

A presente pesquisa teve o objetivo de analisar a maneira pela qual o Interfórum do Cidadão Idoso e os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos vêm se constituindo como um sujeito coletivo e político em movimento na direção da conquista e efetivação de direitos de cidadania para o segmento, no período de 1995-2005. Foi utilizado o método qualitativo, compreendendo a coleta de depoimentos obtidos por meio de questionários, observação participante, levantamento documental e pesquisa bibliográfica realizada em São Paulo e em Portugal. A pesquisa revelou que os FRCIs e o IFCI vêm enfrentando dificuldades na sua trajetória, entre elas: falta de recursos financeiros para realizar suas atividades, pouca qualificação técnica e política de seus participantes, aspectos relacionados ao campo da cultura política brasileira, como o pouco envolvimento dos cidadãos em processos participativos, entre outras. A pesquisa mostrou também que as principais discussões e lutas empreendidas pelos FRCIs e pelo IFCI estão voltadas para o atendimento de necessidades básicas; dessa forma, a discussão da temática do envelhecimento não ocupa um lugar central nesses espaços. Todavia, apesar dos obstáculos que os FRCIs e o IFCI vêm enfrentando, estes não superam as conquistas alcançadas, como a valorização pelos idosos do processo de participação e a redefinição das relações do Estado e da sociedade com o segmento idoso, entre outras.

Palavras chave: Envelhecimento. Participação Social. Cidadania.

Abstract

The present research aim is to investigate how the IFC and FRCIs are constituting themselves as a collective and political subject regarding the achievement and effectiveness of citizenship rights for the segment between 1995-2005. A qualitative method was used, including answers obtained with the use of questionnaires, participant observation, document study and bibliographic research in São Paulo and Portugal. It was demonstrated that both IFCI and FRCIs have been facing problems in their trajectory, such as lack of financial resources for their activities, not enough technical and political qualification of their participants, or problems related to the Brazilian political and cultural field, where very few citizens become involved in participative processes, among others. Another fact observed was that the main discussions and struggles set about by IFCI and FRCIs are aimed at basic needs. The discussion of issues related to aging is therefore not considered of much relevance. Nevertheless, in spite of the many obstacles faced by FRCIs and IFCI, they do not overshadow its achievements, as the high esteem attributed by the elderly to the participation process and the redefinition of relationships between State and society with the elderly segment, among others.

Keywords: Aging. Social participation. Citizenship.

INTRODUÇÃO

O primeiro Fórum Regional de Cidadão Idoso¹ foi criado em 1995 e algumas circunstâncias contribuíram para o seu surgimento, como se verá a seguir.

Nas últimas décadas, o debate sobre a temática do envelhecimento ganhou densidade e adentrou diversos espaços: universidades, ONGs, Conselhos do Idoso e governos, entre outros, e surgiram leis voltadas para a população idosa.

Um marco na questão do envelhecimento foi a inclusão numa Constituição brasileira pela primeira vez, em 1988, de direitos específicos para os idosos, na perspectiva da cidadania.

A Constituição Federal de 1988 afirma que é responsabilidade da família, sociedade e Estado assegurar aos idosos, com absoluta prioridade, o exercício de direitos fundamentais. Entre os artigos do texto constitucional, o de número 230 prevê os princípios básicos de defesa e dignidade da pessoa idosa, ao estabelecer seu amparo, a garantia de sua participação na comunidade e a defesa de sua dignidade, bem-estar e direito à vida como deveres daqueles agentes.

Esse avanço e adensamento da temática do envelhecimento influenciou o surgimento dos FRCIs e do IFCI. Isto porque as questões dos idosos, especialmente daqueles menos favorecidos economicamente, deixaram de ser tratadas como problemas a serem resolvidos no âmbito familiar ou caritativo, por entidades

filantrópicas leigas e religiosas, e passaram a ser compreendidas na perspectiva da cidadania, olhar e enfrentamento, de forma semelhante ao praticado nos FRCIs e no IFCI.

Outra circunstância que contribuiu para o surgimento dos FRCIs e do IFCI deve-se ao crescente processo participativo, iniciado na segunda metade da década de 1970, quando a sociedade civil ressurgiu e mostra grande capacidade de mobilizar-se, articulando-se com diversos setores.

Multiplicam-se as lutas urbanas nas quais a população reivindicava melhorias de infra-estrutura em bairros periféricos e loteamentos irregulares, como água, luz e creches, entre outras. Ao mesmo tempo, a sociedade cria formas para expressar o seu descontentamento com o regime militar, algumas vezes de modo implícito, com receio da reação de seus integrantes, que reprimiam, com violência, qualquer tipo de manifestação contrária à ordem vigente.

Esse processo de participação popular adentra as décadas seguintes, com outras características, novas formas de mobilização e atuação.

Na década de 1980, a sociedade brasileira continuou sua luta em defesa da democratização do país. Duas mobilizações populares ganham relevância no cenário político, em razão do grande número de pessoas que mobilizaram e por defenderem princípios democráticos: a campanha em defesa das eleições diretas para presidente da República, denominada “Diretas Já”, e o “Pró-Constituinte”.

¹ Fórum é um espaço coletivo, por meio do qual idosos, entidades, representantes do governo e demais interessados nas questões da velhice reúnem-se com o propósito de pensar e propor políticas públicas para o segmento idoso. Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) é a instância responsável por fazer a articulação entre os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs).

No entanto, a emenda constitucional que possibilitaria as eleições diretas não foi aprovada e a sucessão à presidência da República foi decidida pelo Colégio Eleitoral. Com base nessa realidade política, a sociedade civil começa a mobilizar-se com o propósito de ampliar as regras democráticas, surgindo o movimento Pró-Constituinte, que levou à convocação da Assembléia Constituinte em 1986 e à promulgação da Constituição da República em 1988.

Benevides reflete a respeito da intensa discussão e mobilização popular sobre a nova Constituição:

Pela primeira vez em nossa história política, a sociedade se organiza com tal nível de participação – no plano nacional, estadual e municipal – em torno de questões consideradas tarefas exclusivas dos juristas, dos políticos, dos governos (BENEVIDES, 1991, p.123)

A Constituição Federal de 1988 aprimorou as regras democráticas e trouxe o que Benevides (1991, p.10) denomina novidade radical, ou seja, a presença do advérbio “diretamente” no artigo primeiro, parágrafo único: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”.

Este advérbio constitui uma “novidade radical” no sistema político brasileiro porque permite à população participar da formulação de políticas públicas e do controle de sua execução. Entre os mecanismos que instituem essa forma de participação estão os conselhos

gestores existentes nas unidades da federação em diferentes áreas: assistência social, saúde, idoso, criança e adolescência, entre outros. Além disso, é permitido ao povo participar diretamente (e não apenas por meio de representantes eleitos) da produção de leis, via mecanismos institucionais e complementares à função legislativa, como o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular².

A ampliação de direitos sociais e políticos, conquistada a partir da mobilização empreendida pela sociedade nas décadas anteriores, acontece ao mesmo tempo em que se encontram em vigor no país as orientações neoliberais. Dagnino reflete sobre essa situação paradoxal:

Há confluência perversa entre um projeto participatório constituído, a partir dos anos 80, ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia e o projeto de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos. A perversidade está colocada no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva (DAGNINO, 2002, p.288).

Entretanto, e a despeito das adversidades enfrentadas pelos cidadãos em razão do ideário neoliberal, a sociedade civil, sobretudo dos subalternos³, continuou buscando novos caminhos para expressar-se e novos espaços para exercitar a política nos anos 1990 e início de 2000.

² Referendo versa sobre atos normativos, no âmbito do Legislativo ou de ordem constitucional, aprovados. Portanto, confirma ou rejeita o ato já aprovado. Ao contrário, o plebiscito autoriza a formulação do ato, após a aprovação popular. Iniciativa popular refere-se ao processo de participação para elaboração de projetos de leis, englobando várias etapas deste processo, desde o momento da coleta de assinaturas. Apenas para situar, em outros momentos da história política do Brasil existiram os referidos mecanismos. Exemplificando, em 1963 realizou-se o plebiscito nacional quando o eleitor foi chamado a manifestar-se a favor ou contra a manutenção do parlamentarismo, que havia sido instituído por emenda constitucional, e o “não” venceu, tendo como consequência a volta do sistema presidencialista.

³ Conforme afirma Yazbek: “A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração, à exclusão social, econômica e política”. (YAZBEK, 1993, p.13).

Diferentemente dos anos 1970 e 1980, quando os movimentos sociais ocupavam os espaços públicos com grande número de pessoas para pressionar autoridades a recebê-los e atenderem suas demandas, na década de 1990 e início dos anos 2000 os sujeitos coletivos adotaram uma postura não mais de enfrentamento ao Estado, mas de “possíveis parceiros do poder” (FELTRAN, 2005, p. 50), notadamente no âmbito do poder local, quando passaram a contribuir na formulação, execução e fiscalização de políticas públicas em todo o processo.

Com isso, os movimentos sociais passaram nesse período a ocupar não mais as praças públicas, mas outros espaços políticos, como os da política institucional: Congresso Nacional, Legislativo, gabinetes de secretários municipais e estaduais e de ministros do governo federal, ou seja, deslocou-se o campo de atuação participativa.

O fato é que essas novas possibilidades de participação têm enfrentado uma série de dificuldades para sua efetivação, como a frágil formação técnica e política de lideranças que, por esta razão, têm pouca capacidade de argumentação junto aos representantes do governo, o difícil entendimento por parte dos cidadãos da lógica de funcionamento da “máquina” do Estado e a pouca experiência de gestores de políticas públicas na partilha de responsabilidades e atribuições com a sociedade civil, entre outras.

Somadas a isso, circunstâncias no âmbito local contribuíram para a criação desses

espaços de participação na cidade de São Paulo, como a aproximação da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) do segmento idoso, por meio de ações e programas voltados para essa faixa etária da população⁴, assinalando uma preocupação do poder público municipal em cumprir as determinações da política nacional do idoso, recém-aprovada⁵.

O Universo da Pesquisa e a Metodologia

O universo da pesquisa é constituído pelo Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) e pelos 17 Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs), localizados nas regiões norte, sul, leste, oeste e centro da cidade de São Paulo.

A pesquisa teve abordagem metodológica qualitativa. Segundo Martinelli (1999), no que se refere às pesquisas qualitativas, exige-se do pesquisador uma grande disponibilidade e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa. Concordamos com a autora e, por esta razão, na fase empírica, priorizou-se a observação participante.

Os sujeitos da pesquisa são participantes dos FRCIs e do IFCI, a coordenadora geral do IFCI, profissionais que prestam assessoria nestes espaços e as proponentes da criação do primeiro FRCI e do IFCI na cidade de São Paulo. Os sujeitos responderam a um questionário.

⁴ Em 1995 foi criado o Programa de Atendimento à Terceira Idade (Pati), por meio do Decreto Municipal 35.177. Galina analisa o Pati em **Construindo Competências, Compartilhando saberes**: a formação de agentes coordenadores de grupos de idosos conveniados com a PMSP em Campo Limpo, na ótica do Serviço Social, dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. PUC-SP, São Paulo, 1998.

⁵ A política nacional do idoso, Lei Federal 8.842, foi publicada em 1994 e regulamentada pelo Decreto Federal 148, em 1996.

Merece ser mencionado que esta pesquisa não se restringiu à entrega e à devolução de questionários, pois a pesquisadora pensa, como Martinelli, que é indispensável “o contato direto com o sujeito da pesquisa”. (MARTINELLI, 1999, p.22).

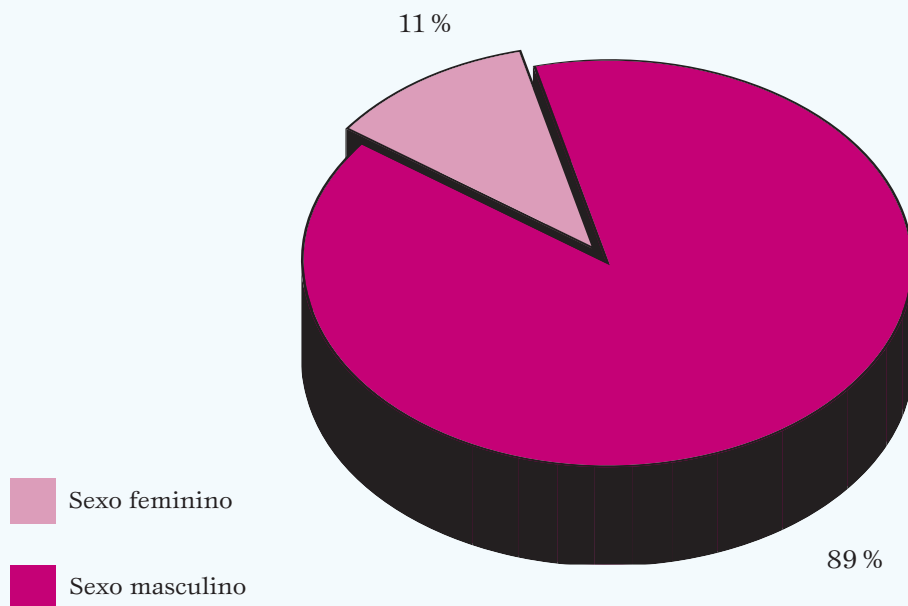
Durante o ano de 2005 foram acompanhadas, de forma assídua, as atividades realizadas pelos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos de Pinheiros (região oeste), Tatuapé (região leste), Santana/Tucuruvi (região norte), Centro (região central), que desenvolvem ações de âmbito regional, e também as ações

promovidas pelo Interfórum do Cidadão Idoso. Inicialmente foi feito o acompanhamento das ações promovidas pelo FRCI Vila Mariana (região sul), mas, depois de alguns meses, ele foi desativado.

Nesses FRCIs foram escolhidos outros sujeitos e adotados três critérios para selecioná-los: atuação em outros movimentos sociais, dedicação grande nas atividades realizadas pelos FRCIs e pelo IFCI e pessoas de ambos os sexos.

A seguir, por meio de gráficos, pode-se observar um breve perfil dos coordenadores e lideranças dos FRCIs e do IFCI.

Gráfico 1 - Distribuição dos sujeitos por sexo ⁶



⁶ O envelhecimento é também uma questão de gênero. Segundo o IBGE/Censo Demográfico de 2000, as mulheres representavam 55 % da população idosa. No contingente muito idoso, a proporção de mulheres é ainda mais elevada. Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que, embora as mulheres brasileiras vivam mais, elas estão mais sujeitas a deficiências físicas e mentais, portanto, a predominância da população feminina entre os idosos tem repercussões nas demandas por políticas públicas, conforme consta do Texto para Discussão (TD 858) disponível no site do IPEA.

Gráfico 2 - Distribuição dos sujeitos segundo lugar de nascimento ⁷

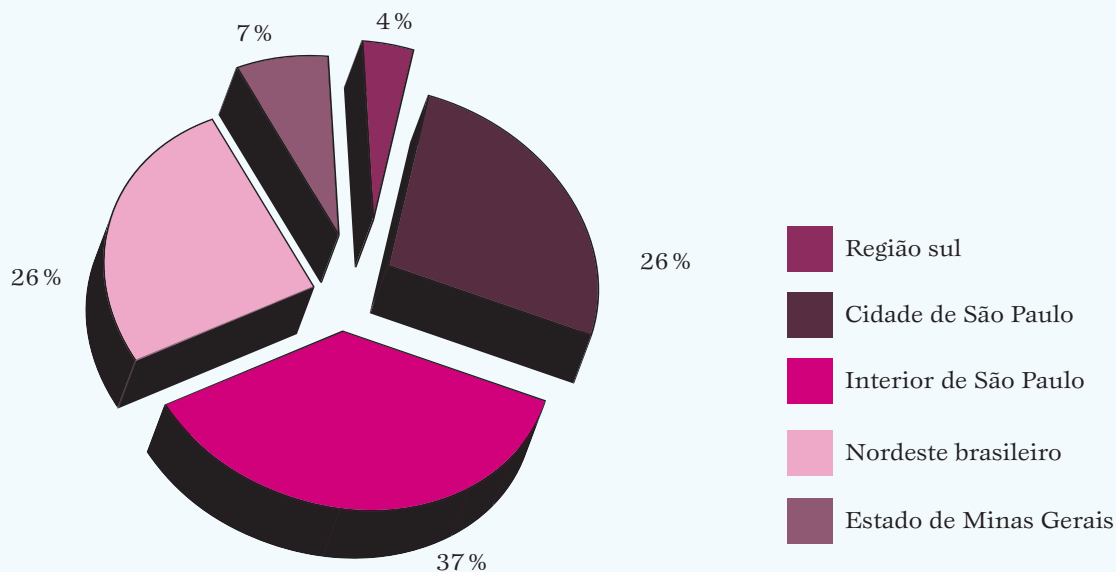
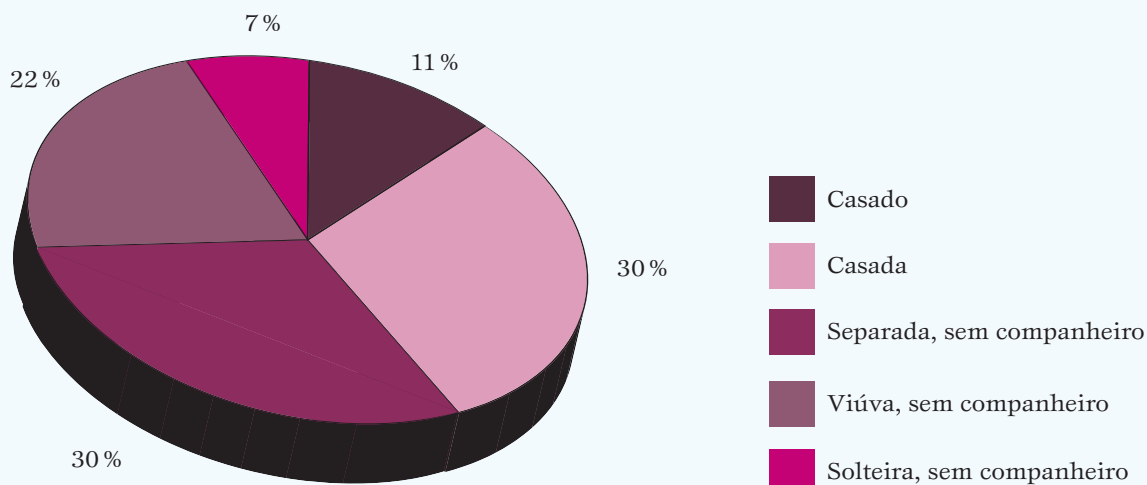


Gráfico 3 - Distribuição dos sujeitos por sexo e situação conjugal ⁸



⁷ Como diz Maura Pardini Bicudo Vêras (2004, p.21) não é possível refletir sobre a migração de forma generalizada, pois as migrações nordestinas têm alto contingente de afro-brasileiros e de influência indígena. Sendo assim, deve-se enxergar a diversidade nelas existentes.

⁸ Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que, as idosas apresentam, em geral, uma tendência maior do que os homens a viverem sozinhas. Esta tendência tende a aumentar com o passar dos anos. Isso se deve ao fato de grande parte delas ser composta por viúvas e uma proporção crescente ser separada ou divorciada. Somado a isso, normas sociais e culturais prevalentes em nossa sociedade têm levado homens a casar-se com mulheres mais jovens, conforme consta do Texto para Discussão (TD 858) disponível no site do IPEA

Gráfico 4 - Número de residentes no domicílio ⁹

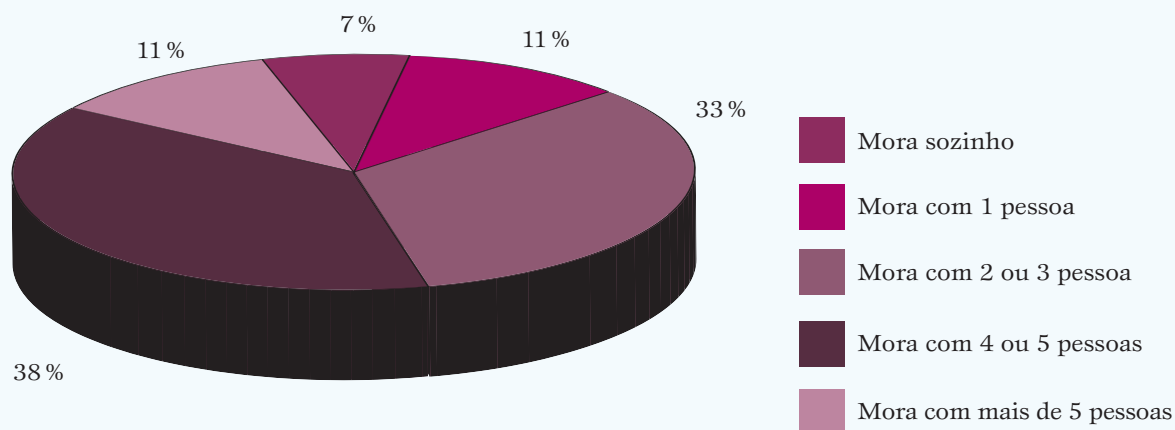
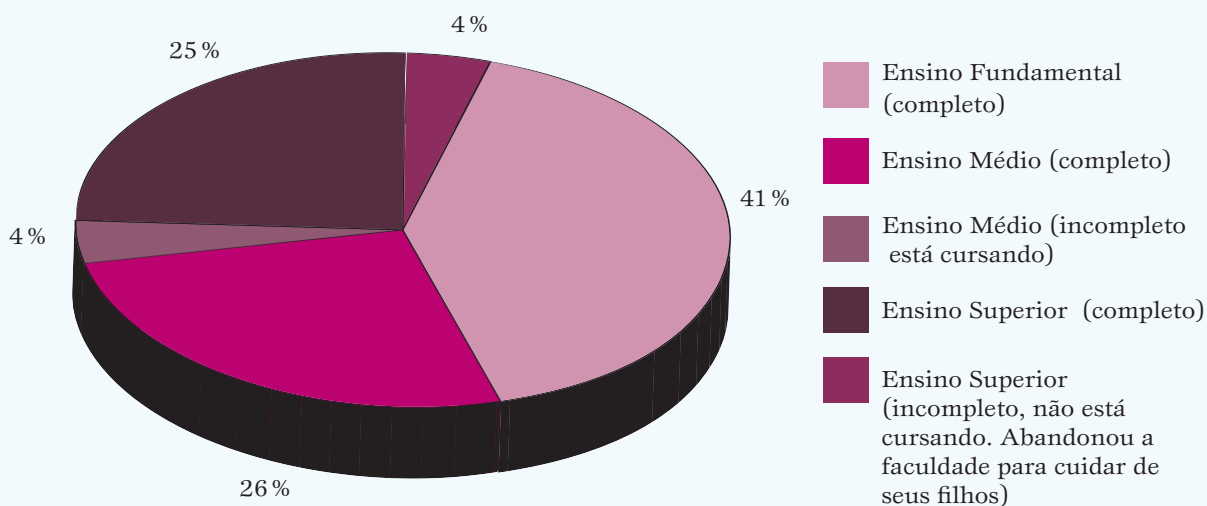


Gráfico 5 - Distribuição dos sujeitos segundo grau de escolaridade ¹⁰



⁹ Estudos vêm revelando novos arranjos nas famílias que contêm idosos. Em regiões distantes das grandes cidades, tem aumentado o número de idosos que vive com familiares. Em tempos atuais, de desemprego, precariedade nas relações de trabalho, o rendimento do idoso tem contribuído para complementar o orçamento doméstico. O que justifica, em parte, mais pessoas vivendo numa mesma casa. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os idosos são responsáveis por uma contribuição importante na renda de suas famílias e esta contribuição vem aumentando no transcorrer dos anos. De acordo com os dados do instituto, famílias com idosos apresentam, em média, renda maior do que as famílias sem idosos, conforme consta do Texto para Discussão (TD 858), disponível no site do IPEA.

¹⁰ Segundo alguns estudos, há uma preocupação de militantes de movimentos sociais em buscar conhecimento. Percebe-se essa preocupação também no movimento social de idosos na cidade de São Paulo.

Foi solicitado aos profissionais¹¹ que assessoram o Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) e os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs) localizados nas regiões norte, leste, oeste, centro e sul da cidade de São Paulo que respondessem a um questionário. Após a devolução dos mesmos, realizaram-se encontros pessoais com esses profissionais, com o propósito de refazer algumas questões que mereciam ser aprofundadas.

Alguns sujeitos, embora em número reduzido, disseram que não gostariam que seus nomes verdadeiros fossem revelados. Assim sendo, seus nomes foram mantidos em sigilo, sendo utilizadas apenas algumas iniciais que muitas vezes não coincidem com seus nomes, com o objetivo de assegurar o caráter anônimo das informações obtidas.

O número total de questionários aplicados foi de 34 no total, sendo 20 coordenadores de FRCIs que participam do IFCI, 7 lideranças dos FRCIs Pinheiros, Tatuapé, Santana/Tucuruvi e Centro que desenvolvem ações de âmbito regional, uma coordenadora geral do IFCI, 5 profissionais que assessoram estes FRCIs e o IFCI e mais um questionário foi respondido pela técnica idealizadora do primeiro FRCI e do IFCI na cidade de São Paulo.

Foi realizada a análise de conteúdo, que tem por objetivo “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. (CHIZZOTTI, 2003, p. 98).

Foram analisadas as trajetórias dos FRCIs do IFCI na cidade de São Paulo, no período de 1995/2005, atentando para o caráter histórico e social em que os mesmos foram sendo constituídos como sujeitos coletivos e políticos em movimento.

Os sujeitos da pesquisa foram ouvidos e compreendidos como seres históricos, na dimensão histórica, social e cultural em que vivem.

DESENVOLVIMENTO

Três anos depois da criação do primeiro FRCI, nas regiões norte, sul, leste, oeste e central da cidade já existiam FRCIs e já havia sido criado o Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI).

Em diversas regiões da cidade surgiram novos FRCIs. Porém, o processo de expansão dos Fóruns vem acontecendo de forma mais acentuada na região leste. O primeiro FRCI foi criado no bairro do Tatuapé, localizado naquela região, em agosto de 1996, com apenas quatro grupos de idosos, e em setembro de 2005 estavam cadastrados 150 grupos, com abrangência de aproximadamente 15 mil pessoas.

Os moradores da região leste têm uma longa história de participação, notadamente na área da saúde. Todo esse aprendizado não pode ser desconsiderado e justifica o crescente processo de expansão dos FRCIs e do IFCI nesta região, como diz Maria Olinda Carreira:

¹¹ Todos são funcionários da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), a maioria é composta por assistentes sociais, mas há profissionais de outras áreas: psicologia, educação física etc.

A região leste é portadora de uma tradição participativa, e por isso, nenhum movimento social que ali se desenvolva será suficientemente explicado se o for isoladamente. (CARREIRA, 1997, p.126).

No que se refere à dinâmica das relações internas, a pesquisa revelou que os FRCIs e o IFCI vêm enfrentando dificuldades na sua trajetória, como se verá a seguir.

Os coordenadores dos FRCIs e do IFCI vêm assumindo o pagamento de postagem de correspondências, telefonemas, entre outras despesas, e têm feito isso com dificuldade, uma vez que contam com baixos recursos financeiros.

Os sujeitos apontaram que há fragilidades na organização dos FRCIs e do IFCI, como mostra o relato abaixo:

É preciso organizar a documentação dos Fóruns. Os eventos não são fotografados, muita coisa se perdeu nesta caminhada porque quase nada foi registrado. O movimento precisa se organizar melhor (Sra. CZ, coordenadora).

Outra dificuldade que os FRCIs e o IFCI enfrentam para o exercício de suas atividades é o envelhecimento do organismo humano. Muitos idosos não suportam mais o desgaste físico e emocional de enfrentamentos da luta política. Como bem diz Ecléa Bosi, o coeficiente de adversidades das coisas aumenta com o passar dos anos:

As escadas ficam mais duras de subir, as distâncias mais longas a percorrer, as ruas mais perigosas de atravessar, os pacotes mais pesados de carregar. O mundo fica eriçado de ameaças, de ciladas. Uma falha, uma pequena distração são severamente castigadas (BOSI, 1987, p.37).

Os coordenadores e lideranças dos FRCIs e do IFCI relataram que sentem necessidade de cursos de formação para que possam desempenhar com mais qualidade suas funções:

Os idosos precisam de suporte teórico para que possam exercer com qualidade a sua prática. Tudo é feito ‘aos trancos e barrancos’, uma hora o movimento acerta e conquista algumas coisas, depois perde e aí as pessoas sentem um grande desânimo (Sra. MY, coordenadora).

Para Dagnino (2002), a necessidade de qualificação técnica específica tem se revelado um desafio importante para a sociedade civil, não só porque é condição necessária para uma participação efetiva, mas também pelas implicações que ela tem assumido na prática, entre elas, a exigência do domínio de um saber que os setores subalternos, em geral, não dispõem. Assim sendo, a ausência desta qualificação é uma deficiência relativa em relação aos interlocutores governamentais e representantes de outros setores mais privilegiados da sociedade civil. Neste sentido:

Ela carrega para o interior desses espaços públicos uma desigualdade adicional que pode acabar reproduzindo exatamente o que eles têm como objetivo eliminar: o acesso privilegiado aos recursos do Estado que engendra a desigualdade social mais ampla (DAGNINO, 2002, p.284).

Vale pontuar que, no período delimitado para esta investigação (1995-2005), os FRCIs e o IFCI promoveram junto com ONGs, SESC de São Paulo, universidades, Prefeitura do Município de São Paulo, entre outras instituições, palestras, cursos e seminários, nos quais foram discutidas questões de cidadania, políticas sociais e legislação. No entanto, o pro-

cesso de formação de lideranças não acontece de forma continuada.

A pesquisa revelou também que os FRCIs e o IFCI vêm enfrentando dificuldades em conseguir pessoas que tenham interesse no processo participativo. O fato é que o envolvimento de cidadãos em processos desta natureza não é uma prática assimilada na nossa cultura, conforme pontua Paz:

Há carência de pessoas que assumam o papel de lideranças e representação nos diferentes espaços institucionais criados, como também é pequeno o exercício da participação no cotidiano e na gestão pública (PAZ, 2002, p.28).

Entretanto, a pesquisa mostrou também que os FRCIs e o IFCI vêm obtendo ganhos em sua caminhada, como mudanças que vêm sendo incorporadas no âmbito do governo local, no sentido de constituir uma interlocução entre a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) e o segmento idoso.

Os FRCIs e o IFCI não têm sede própria e, por esta razão, vêm ocupando espaços cedidos por diversas instituições, como OAB-SP, universidades, Câmara Municipal de São Paulo, igrejas evangélicas e católicas e, especialmente, pela PMSP.

O uso de um espaço dentro da repartição pública, notadamente na subprefeitura, sede do poder público municipal na sua região, tem estreitado o diálogo entre o segmento e os gestores da política pública. Com frequência, o subprefeito participa das reuniões do FRCI, quando aproveita para informar sobre as ações que a PMSP vem desenvolvendo e os idosos fazem os encaminhamentos necessários e cobram respostas daqueles formalizados anteriormente.

É possível afirmar que a criação dos FRCIs e do IFCI constitui um instrumento para a ampliação da participação no âmbito local, com capacidade de contribuir positivamente na redefinição de regras de convivência entre Estado e a população idosa.

A cidadania que os idosos exercitam nos FRCIs e no IFCI é perpassada pela estratégia política que, de acordo com Dagnino (1994), vai além das disposições legais, dos direitos constituídos em leis, uma vez que ela é compreendida como possibilidade de criação de novos direitos que emergem das práticas cidadãs.

Os resultados da pesquisa mostram que, *por meio* do processo de participação, os idosos vêm redefinindo o seu agir e caminhando na direção de viver de forma mais livre, levando em consideração os seus desejos, anseios e a busca da realização do seu eu e não apenas o cumprimento do que dizem as convenções sociais ou morais:

Eu era uma mulher que dedicava 24 horas do meu dia pra casa, pra família. Comecei a participar com 60 anos e não parei mais. Apreendi a nadar, a dirigir, a lutar pelos direitos dos idosos, a enfrentar as autoridades públicas, os políticos [sorri] (Sra. EM, coordenadora).

A pesquisa revelou que o despertar dos idosos para a importância da luta política como uma possibilidade de efetivação de direitos de cidadania para o segmento aconteceu no processo de participação, pois na ocasião em que foram criados os FRCIs e o IFCI a maioria dos idosos que participavam do Conselho Municipal do Idoso de São Paulo¹² não a valorizava.

¹² O Conselho Municipal do Idoso da cidade de São Paulo foi criado em 1992, por meio da Lei 11.242. Nelli Machado (2002) reflete a respeito desta questão.

O fato é que os idosos estão recusando-se a permanecer nos lugares que lhes foram definidos social e culturalmente. Não estão mais resstritos à dimensão privada, o que é fundamental, pois, como diz Arendt, o “homem privado não se dá a conhecer e, portanto, é como se ele não existisse”. (ARENDDT, 1991, p.68).

Os idosos vêm forjando o espaço público, pois, conforme afirma a mesma autora, a construção do espaço público requer a invenção do homem. Não é algo natural e aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos, sempre de acordo com Arendt, “constitui a realidade” (ARENDDT, 1991). Portanto, a presença dos idosos no espaço público é essencial para dar visibilidade às questões da velhice.

Os resultados mostraram ainda que as ações empreendidas pelos FRCIs e pelo IFCI têm dado representatividade a um segmento excluído em várias dimensões e colocado a questão dos idosos na perspectiva de direitos.

A questão central dos FRCIs e do IFCI é a luta pelo atendimento de necessidades básicas¹³ e, neste contexto, há poucas oportunidades para discussão da temática do envelhecimento, embora ela ofereça elementos que podem contribuir para a consolidação e a ampliação da luta empreendida pelos idosos, como a problematização de aspectos relaciona-

dos à pobreza na velhice, que é fundamental e passa pela compreensão de que aspectos resultantes da organização social e econômica vão deixando marcas exteriores nos seres humanos e que estas marcas ficam mais evidentes nesta fase da vida, quando a pessoa encontra-se mais fragilizada.

Alguns sujeitos relataram que foram discriminados por serem velhos:¹⁴

Logo que eu me aposentei fiz um curso de fotografia, amei e quis prosseguir. Fui em busca do profissionalizante, no mesmo local. Renovei minha matrícula, comprei a máquina exigida, paguei a inscrição. Mas, na entrevista, fui discriminada, por ser uma das mais velhas do grupo e por ser negra. Me disseram que era melhor deixar a vaga para um jovem, porque o curso seria melhor aproveitado por ele do que por uma senhora de 68 anos. O curso seria pago e não era pouco. Eu teria feito inúmeros cursos, mas eu queria aquele porque ele era profissionalizante. (Sra. CZ, coordenadora).

Alguns sujeitos não passaram por situações de discriminação, mas destacaram que ela existe na nossa sociedade. Além disso, os profissionais que assessoram os FRCIs e o IFCI pontuaram que sofrem preconceito por desenvolver atividades junto ao segmento idoso¹⁵:

¹³ De acordo com Pereira, necessidades básicas predeterminam condições para se alcançarem objetivos universais de participação social e, quando não são adequadamente satisfeitas, causam sérios prejuízos. Entende-se por sérios prejuízos “aqueles impactos negativos cruciais que impedem ou põem em sério risco a possibilidade objetiva dos seres humanos de viver física e socialmente em condições de poder expressar sua capacidade de participação ativa e crítica”. (PEREIRA, 2000, p.39).

¹⁴ Pesquisa realizada pelo SESC Nacional, SESC São Paulo e Fundação Perseu Abramo sobre o perfil dos idosos brasileiros em 2006, na qual foram entrevistados 2.136 idosos em 204 municípios de todas as regiões do país, revela que mais de um terço da população idosa considera ter sido vítima de algum tipo de violência ou desrespeito. Quando apresentados os exemplos de situações de maus-tratos pelo entrevistador, 35% dos idosos reconheceram alguma experiência do gênero. A mais comum é ser ofendido, ironizado e humilhado, seguida pela privação de remédio ou tratamento médico e a recusa de emprego ou trabalho.

¹⁵ Discriminar a pessoa idosa é crime, conforme prescreve o artigo 96 da Lei Federal n.10.741/93, denominada Estatuto do Idoso. Portanto, quem humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo, poderá sofrer as sanções impostas pela lei.

É sempre uma contradição no dia-a-dia de trabalho, com as chefias e com colegas de trabalho que não valorizam o segmento, há muito preconceito (...). Tentativas de desvalorizar o trabalho, visão jocosa do papel do idoso, minimização da importância das atividades, de enquadrá-lo como recreação e entretenimento, só lazer (...). Enfim, um trabalho que é dispensável. (Sra. CR, assistente social).

O fato é que a vida cotidiana está impregnada pelo “modelo geral de velho”. Mercadante vem estudando esse assunto e afirma:

Mesmo que neguemos esse modelo geral de velho, mesmo que não concordemos, sabemos que esse é o modelo cultural de velho que temos e que sempre implica perdas. Perdas tanto biológicas quanto sociais. É o momento do declínio e, daí para frente, tudo piora, em todas as dimensões da vida do sujeito, levando-o implacavelmente para a morte (...). Portanto, nossa tarefa, como pesquisadores, é questionar e criticar essa representação geral de velho, porque as pessoas singulares que encontramos não são assim. (MERCADANTE, 2004, p. 197-198).

Nesse sentido, as lutas empreendidas pelos idosos nos FRCIs e no IFCI devem caminhar na direção de uma crítica consciente dessa representação geral de velho, até porque, conforme afirma Mercadante, a velhice não é homogênea e os velhos não são iguais.

Acreditamos que bons frutos poderiam advir de uma parceria entre os FRCIs, o IFCI e os grupos discriminados, notadamente aqueles que apresentam os mais fragilizados, como

mulheres, negros, homossexuais, portadores de deficiência, entre outros, que têm lutado por seus direitos. Estes grupos possuem um conhecimento crítico acumulado durante anos de lutas e têm reflexões consistentes a respeito da realidade humano-social.

Assim sendo, a partir do momento em que os grupos discriminados dispuserem-se a discutir a longevidade, dentro de seus espaços, terão muito a contribuir. Poderão apontar alternativas que venham a assegurar um lugar mais digno para os seus militantes, que amanhã serão velhos.

Esses grupos poderão contribuir para o surgimento de leis e para a formulação de políticas públicas, até porque a história nos ensina que as vitórias alcançadas pelas minorias não lhes foram dadas, ao contrário, tudo foi conquistado.

Somado a isso, não é mais possível ficar esperando pela velhice para começar a pensar em ações, para selecionar qual carência é mais emergencial e, por isso, deve ser atendida em primeiro lugar. Esforços podem ser empreendidos para sensibilizar universidades, ONGs, OAB, promotoria pública, governos, mídia e sociedade para a importância da reflexão a respeito da longevidade. Além disso, os grupos discriminados têm competência teórica e experiência para iniciarem esta discussão juntamente com os FRCIs e com o IFCI. Pois esta luta é de todos, uma vez que a longevidade é um fenômeno do nosso tempo, da nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, apesar dos obstáculos que os FRCIs e o IFCI vêm enfrentando na sua trajetória, estes não superam as conquistas alcançadas, como a valorização pelos idosos do processo de participação e a redefinição das relações do Estado e da sociedade com o segmento idoso, entre outras.

Assim sendo, as reflexões feitas por Dagnino a respeito dos esforços empreendidos por sujeitos em movimentos sociais oferecem elementos para a compreensão dos esforços empreendidos por idosos nos FRCIs e no IFCI:

(...) para além da consideração dos sucessos ou fracassos que possam resultar deles, os efeitos culturais de tais esforços sobre essa disputa e sobre o imaginário social devem ser compreendidos como políticos. (DAGNINO, 2002, p.95).

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, H. *A condição humana*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.
- BEAUVOIR, S. *A Velhice: o mais importante ensaio contemporâneo sobre as condições de vida dos idosos*. Trad. Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BENEVIDES, M. V. de M. *A cidadania ativa. Referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Queroz, Editora; 2ª ed. EDUSP, 1987.
- CARREIRA, M. O. C. S. *Zona Leste do Município de São Paulo: uma história marcada por manifestações e lutas populares*, 1997. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- DAGNINO, E. (org.). *Os Movimentos Sociais e a Emergência de Uma Nova Noção de Cidadania*. In: _____. *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1994.
- _____. *Sociedade civil e espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades*. In: _____. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FELTRAN, G. de S. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.
- GALINA, M. M. *Construindo Competências, Compartilhando saberes: A formação de agentes coordenadores de grupos de idosos conveniados com a PMSP em Campo Limpo, na ótica do Serviço Social*, 1998. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo.
- MACHADO, M. A. N.. *O movimento dos idosos: um novo movimento social?* Dissertação (Mestrado em Gerontologia), Programa de Pós-Graduação em Gerontologia, PUC-SP, São Paulo, 2002.
- MARTINELLI, M. L. (org.). *Pesquisa Qualitativa um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.

_____. Desafios do Serviço Social na transição para o próximo milênio. *Serviço Social e Sociedade*. n° 57. São Paulo: Cortez, 1998.

MERCADANTE, E. F. *A Construção da Identidade e da Subjetividade do Idoso*. 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PUC-SP, São Paulo.

_____. A contrageneralização. *Kairós*, v.7, n.1, junho, pp.197-199, São Paulo: EDUC, 2004.

_____. Velhice uma questão complexa. In: MERCADANTE, E. F. et al. (orgs.). *Velhice, envelhecimento, complexidade (idade): Psicologia, subjetividade, fenomenologia, desenvolvimento humano*, São Paulo: Vetor, 2005.

PAZ, R. D. O. *Dimensões e indicadores de participação social na avaliação de programas habitacionais*. 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo.

PEREIRA, P. A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES BARROSO, A. E. Reflexão sobre os direitos fundamentais da pessoa idosa. *Lúmen*, volume 10, número 23, janeiro/abril, pp.141-154, São Paulo: Centro Universitário Assunção/ UniFAI, 2004.

VÉRAS, M.P.B. O Cenário Urbano para o Envelhecimento. In *Revista Kairós*, SP. v. 7, n.1 p.135-149, 2004.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 1993.

LEIS

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitu-

cionais de n°1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n° 1 a 6, de 1994, 17ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. Lei n.8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L8742.htm>. Acesso em: 18 maio 2006.

BRASIL. Lei n.8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L8842.htm>, Acesso em: 18 maio 2006.

BRASIL. Lei n.10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto dos Idosos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/2003?L10741.htm>. Acesso: 18 maio 2006.

SÃO PAULO (cidade). Lei n.13.834, de 27 de maio de 2004. Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso de São Paulo. São Paulo, Secretaria Geral Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo.

EM MEIO ELETRÔNICO

CPIHTS – Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social. Disponível em: <<http://www.cpihts.com>>. Acesso em: 25 jun. 2005 e 13 maio 2007.

Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <www.fpabramo.org.br>. Acesso em: 20 out. 2007.

Portal do Envelhecimento: Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.net>>. Acesso em: 20 abr. 2006 e out. 2007.

SESC-SP. Disponível em: <www.sescsp.org.br>. Acesso em: 10 out. 2007.

Trabalho e Qualidade de Vida para além dos 45 Anos

CILENE SWAIN CANÔAS

Doutora em Serviço Social, Professora da FAPSS/ Faculdade Paulista de Serviço Social/ São Paulo.
cscanoas@uol.com.br

JOSÉ WALTER CANÔAS

Doutor em Serviço Social, Professor Titular da UNESP/ Campus de Franca/ SP.
jwcanoas@uol.com.br



Resumo

Reflexão sobre as relações de trabalho na sociedade capitalista brasileira tendo como referência a questão da idade cronológica dos personagens do cenário produtivo. A mudança na característica populacional no Brasil, a exemplo das transformações que vêm ocorrendo no mundo todo, tem tido repercussões importantes no segmento dos trabalhadores. O Serviço Social não pode ficar alheio a essas questões, pois sua intervenção está centrada na dinâmica das relações sociais. Estas relações sociais, ainda que movidas pelo trabalho – valor de uso e valor de troca – são determinadas, fundamentalmente, pelas necessidades do homem enquanto ser social. Podemos afirmar então que, ao trabalhar para si, para seu sustento individual e familiar, o homem volta-se para seu núcleo de vida imediato. No entanto, ao produzir para troca, o homem volta-se para as necessidades coletivas da sociedade. Nossas reflexões em torno dessa temática estão imbricadas com a questão do envelhecimento e centradas na condição de existência de cidadãos válidos, que têm projetos de vida, trabalham e lutam por qualidade de vida, constituindo-se, inicialmente, no objeto do conhecimento do Serviço Social, que faz parte de nossas investigações sobre Trabalho, Qualidade de Vida e Envelhecimento, mais especificamente o estudo do envelhecimento nas relações sociais de produção no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Envelhecimento. Qualidade de vida. Questão social. Relações sociais.

Abstract

Reflections on work relations in the Brazilian capitalist society having as reference the question of the chronological age of the actors of the productive environment. The change in the peculiarities of the Brazilian population, just as similar transformations that are occurring all over the world, has been generating significant repercussions in the workers' segment. Social service cannot stay unaware of these questions, as its intervention is centered in the dynamics of social relations. These social relations, despite being driven by work - use value and exchange value - are determined, basically, by the necessities of man as a social being. We can thus assert that when working for himself, to his individual and familiar support, man returns to the center of his immediate concerns. However, when producing for exchange, man turns to the collective needs of society. Our reflections upon this theme overlap the question of aging and are centered on the condition of existence of valid citizens, who have life projects, who work and fight for quality of life, which consist, initially, in the object of the knowledge of Social Service, and is part of our enquiries about Work, Quality of Life and Aging, more precisely the study of aging in the social production relations at work.

Keywords: Work. Aging. Quality of life. Social matter. Social relations.

Introdução

A ação humana sobre a natureza, a sociedade e mesmo sobre o projeto homem e os grupos humanos a que pertence é uma ação transformadora, ou “práxis”, cuja finalidade imediata é a sobrevivência do próprio homem. Nessa perspectiva, o conceito de trabalho subordina-se às necessidades humanas, da sobrevivência humana enquanto espécie. Quem com mais vigor definiu as características do trabalho humano foi Marx (1982), afirmando que

[...] antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 1982 p. 2002).

Isto ajuda-nos a compreender a proposição de uma dimensão social do trabalho e a importância dessa atividade, essencialmente humana, que diz respeito tanto ao homem jovem quanto ao homem maduro.

Essa condição humana perpassa todo o processo vital. Desta forma, não é correto imaginarmos que o trabalho não faça parte de todas as fases da vida dos indivíduos. Isso nos leva a concluir que o trabalho é uma atividade fundante da condição humana, inclusive na maturidade. Nesse contexto, está imbricado com a concepção em que o trabalho é con-

figurado como uma necessidade: *trabalho necessário para a vida do homem*.

No entanto, nem todo produto do trabalho tem, necessariamente, uma utilidade imediata de uso para quem o realiza, o que pode conferir ao trabalho uma utilidade de troca. Em outras palavras, produz-se para satisfazer as próprias necessidades e produz-se para satisfazer as necessidades dos outros homens.

Neste raciocínio (ainda desconsiderando os parâmetros da sociedade capitalista), é o trabalho que constrói e reconstrói as necessidades humanas; é pelo trabalho que o homem se vê e se coloca enquanto membro partícipe de uma sociedade; é pelo trabalho que ele estabelece relações com outros homens – relações que não se reduzem ao processo de trabalho em si, mas que se configuram enquanto relações sociais.

Estas relações sociais, ainda que movidas pelo trabalho – valor de uso e valor de troca – são determinadas, fundamentalmente, pelas necessidades do homem enquanto ser social. Podemos afirmar, então, que ao trabalhar para si, para seu sustento individual e familiar, o homem volta-se para seu núcleo de vida imediato. Mas, ao produzir para troca, o homem volta-se para as necessidades coletivas da sociedade.

Qual o valor do trabalho?

Na sua dimensão imediata, o trabalho é a ação necessária do homem para manter sua vida. Na sua dimensão social, o trabalho constitui o homem enquanto ser político, produtor da sociedade, de uma sociedade em que o pra-

zer, a satisfação, a liberdade e a subjetividade concretizam-se em objetos de gozo: a música, a poesia, as artes, a apreciação da natureza, o desenvolvimento da criatividade e liberdade humanas.

Mas essa dupla dimensão do trabalho – produto e produtor do homem – ganha na sociedade capitalista uma terceira dimensão que submete as outras duas: a dimensão do trabalho como capital:

Quanto menos comas e bebas, quanto menos livros compres, quanto menos vás ao teatro, ao baile, à taverna, quanto menos penses, ames, teorizes, cantes, pintes, esgrimes etc., tanto mais poupas, tanto maior se torna teu tesouro, que nem traças nem poeiras devoram teu capital. Quanto menos és, quanto menos exteriorizas tua vida, tanto mais tens, tanto maior é a tua vida alienada e tanto mais armazenas da tua essência alienada. (MARX, 1966, p. 93).

Pode-se assim perceber que o trabalho no capitalismo estimula a alienação na busca individual da realização de necessidades pessoais, deixando de lado a consciência crítica do coletivo. Não é de se estranhar o fato de encontramos na maturidade muitas pessoas sujeitadas às condições decorrentes do trabalho alienante, no qual o homem se vê estranho a si mesmo.

A luta pela vida por meio do trabalho constrói uma subjetividade individual, que se esgota nas possibilidades inumanas do modo de produção capitalista. Nessa tendência de esgotamento das relações sociais capitalistas que se globalizam, temos que refletir sobre novas maneiras de enfrentamento dessas condições em relação ao envelhecimento global.

Velhice e sociedade global

Aqueles que, no entanto, numa sociedade global, tiverem sobrevivido para além dos 45 anos, mantiverem projetos de vida e continuarem no trabalho, enfrentarão, no Brasil, uma sociedade de luta de classe totalmente desfavorável aos que vivem do trabalho.

Muitos desses cidadãos serão “pobres envergonhados”, no dizer de Castel (1998), ou simuladores de suas invalidezes, que procurarão nas políticas públicas, articuladas com o conjunto da sociedade civil, apoio e ajuda para realizarem seus projetos de vida.

O amanhã comportará o desconhecido. Mas também será trabalhado a partir da herança de hoje. O longo percurso feito até aqui permite destacar conexões fortes entre a situação econômica, o nível de proteção das populações e os modos de ação do Estado social. Conseqüentemente, se é absurdo pretender prever o futuro, é possível, contudo, desenhar eventualidades que o comprometerão num sentido diferente em função das opções que forem feitas, ou não, em matéria de política econômica, de organização do trabalho e de intervenções do Estado social. (CASTEL, 1998, p. 560).

Outros, como afirma Demo (2002), serão excluídos da vida econômica, política e social, por serem analfabetos políticos, a pior condição que se possa imaginar para o ser humano.

Garantir a sobrevivência das pessoas é direito radical decisivo, mas ainda mais relevante que isso é gerar a competência política de saber garantir a sobrevivência com as próprias mãos. Porquanto excluído irremediável é aquele que nem sequer consegue e é coibido de saber que é excluído. (DEMO, 2002, p. 33).

Nossas reflexões em torno dessa temática estão imbricadas com a questão do envelhecimento, centrando-se na condição de existência de cidadãos válidos, que têm projetos de vida, trabalham e lutam por qualidade de vida, constituindo-se inicialmente no objeto do conhecimento do Serviço Social, que faz parte de nossas investigações sobre Trabalho, Qualidade de Vida e Envelhecimento, mais especificamente o estudo do envelhecimento nas relações sociais de produção no mundo do trabalho.

É importante ainda enfrentar a questão social do envelhecimento neste século, na perspectiva da ruptura analítica do processo histórico brasileiro da pesquisa, que muito pouco produziu sobre a violação de direitos sindicais, desemprego, indignidades, iniquidades, desafetos e políticas públicas desestabilizadoras da luta de classe dos trabalhadores acima de 45 anos.

Essa população, apta para suas atividades laborais, não pode ser dispensada do trabalho, pois engrossará rapidamente a massa de aposentados, ou não. Esses indivíduos terão sobrevida para além dos 60 anos no Brasil. Avaliamos que essa massa de pessoas necessitará de cuidados de saúde e oportunidades de trabalho para complementação de seus rendimentos e que participará de uma sociedade mais informatizada e dinâmica que a atual, na qual as demandas por lazer e atividades criativas implicarão em maior qualidade de vida e trabalho para muitos cidadãos.

Crescimento demográfico e velhice

No caso brasileiro, dado o crescimento da massa de idosos, é necessário que tanto o Estado quanto o conjunto da sociedade civil e

políticos comecem a preocupar-se com seus velhos. Neste século, esse segmento populacional será mais expressivo, não só pelo seu crescimento em volume quantitativo mas, principalmente, pelo seu peso qualitativo na sociedade e no trabalho que terão de organizar, levando em conta um projeto de planejamento social ou de desenvolvimento econômico, com qualidade de vida, para todos os idosos brasileiros.

Apresentamos, a seguir, uma tabela de distribuição da população brasileira por grupos de idade e distribuição por sexo, para tornar mais concretas as dimensões do problema.

As últimas investigações sobre o processo de envelhecimento de pessoas maiores de 45 anos levam-nos a refletir sobre uma questão relevante: ao mesmo tempo em que existe, por parte dessas pessoas, projeto de vida com vínculo ao trabalho, ocorre o incremento pela procura das atividades de lazer, ocupação do tempo mais liberado e busca por mais qualidade de vida nessa faixa etária. A preocupação com o usufruir a vida com maior qualidade passa a ser, ainda, fator importante para o ajuste pessoal, o equilíbrio da vida e a otimização das relações interpessoais, ocorrendo mesmo, nessa etapa da vida, aumento de produtividade e do rendimento no trabalho. Pois é nesta fase que as pessoas fazem seus balanços de vida, desenvolvem uma atitude mais madura diante do trabalho e da sociedade e passam a ter maior consciência de suas necessidades e gostos. Tornam-se, assim, mais críticas e criativas.

No Brasil já se evidencia o crescente número de pessoas com mais de 60 anos afastadas do trabalho, usufruindo seu direito

Tabela 1 - Distribuição da população brasileira por idade e sexo

Grupos de Idade	Total	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	16.375.728	8.326.926	8.048.802
5 a 9 anos	16.542.327	8.402.353	8.139.974
10 a 14 anos	17.348.067	8.777.639	8.570.428
15 a 19 anos	17.939.815	9.019.130	8.920.685
20 a 29 anos	29.991.180	14.862.546	15.128.634
30 a 59 anos	57.066.024	27.653.637	29.412.387
60 anos ou mais	14.536.029	6.533.784	8.002.245
Total	169.799.170	83.576.015	86.223.155

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

de aposentadoria, mas desejando retornar ao trabalho para se sentirem válidas e para garantir sua sobrevivência com mais dignidade e qualidade para enfrentar a vida.

Essa massa de pessoas com mais de 45 anos e que engrossará o grupo crescente dos maiores de 60 anos, válidos para trabalho, apesar de suas aposentadorias, não é privilégio brasileiro; constitui-se em preocupante questão social mundial. A população brasileira vem apresentando nas últimas décadas uma transição demográfica acelerada, tendo como principais fatores a queda dos níveis de fecundidade e mortalidade e o aumento da longevidade.

No final de século passado, com 8.658.000 idosos, contávamos em cada grupo de 20 brasileiros uma pessoa com mais de 65 anos. Em 2020, essa relação será de 13 para um. Se, por um lado, a longevidade dos indivíduos

decorre do sucesso de conquistas no campo social e da saúde, por outro representa novas demandas por serviços, benefícios e atenções que se constituem em desafios para governantes e sociedade do presente e do futuro.

A população idosa brasileira tem 82% de seu contingente vivendo em cidades, o que exigirá que estas se aparelhem para poder oferecer recursos demandados pelos idosos.

É preciso, portanto, um novo olhar sobre a velhice: o homem é capaz de aprender e produzir sempre, desde que não tenha algum tipo de impedimento que comprometa o seu desempenho, fato que pode ocorrer em qualquer fase da vida, independente da idade cronológica. Essa visão é fundamental para que se possa pensar na inclusão social do velho. A velhice é um tempo de perdas e aquisições, assim como as outras fases da vida.

A relevância dos números acima é percebida na medida em que refletimos sobre as questões práticas que se apresentam e na observação atenta sobre as mudanças na vida das pessoas em geral, que vão produzir velhos também mudados.

Trabalhar com as questões da velhice subentende atualização constante, busca de conceitos e pesquisa de campo. O envelhecimento é um processo natural, dinâmico, e velhice não é sinônimo de doença. É fato que as condições que o acompanham incidem diretamente na qualidade de vida, podendo sofrer alterações determinadas por intervenções médicas, sociais, econômicas e ambientais. Estudar a velhice, portanto, significa considerar a complexidade de temas a ela relacionados. Necessariamente, pois, ela deve ser estudada através de uma perspectiva multidisciplinar.

Considerações finais

Constatamos, assim, ser de suma importância para o Serviço Social na atualidade pesquisar a qualidade de vida, trabalho e o

processo de envelhecimento de pessoas com mais de 45 anos, principalmente daquele segmento populacional que atingir perspectivas de sobrevivência para além dos 60 anos, oferecendo possibilidades originais e criativas para organizarem de maneira diferente suas vidas no mundo do trabalho e da sociedade global.

Assim, espera-se que o Serviço Social tenha cada vez mais instrumentos técnicos e teóricos para atuar junto à elaboração e à gestão de políticas públicas que atendam a transição demográfica, espelhada nas mudanças dos padrões etários da população que produz, como consequência da diminuição das taxas de natalidade e mortalidade.

Outro aspecto que deve ser observado é o temor daqueles que permanecem no trabalho após os 45 anos de serem afastados e, conseqüentemente, levados ao desemprego. Essa dura condição do sem-trabalho diminui a renda, afeta a saúde, educação e cidadania. Assim, urge implementar políticas públicas de caráter universal e de desenvolvimento auto-sustentável, concentrando esforços contra a desigualdade e a indigência.

Referências Bibliográficas

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEMO, P. *Educação Pelo Avesso: Assistência como direito e como problema*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K.e ENGELS, F. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Cidade do México: Ed. Grijalbo, 1966.

_____. *O Capital*. vol. I. 8ª ed. São Paulo: Difel, 1982.

Bibliografia complementar

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2a ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

CANÔAS, J. W. *Nas pegadas do sapateiro: 65 anos do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados*. Franca: Ed. UNESP, 2007.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5a ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DUMAZEDIER, J. *A Revolução Cultural do Tempo Livre*. São Paulo: SESC-Studio Nobel, 1994.

MORAGAS, R. *Gerontologia Social: envejecimiento y calidad de vida*. 2a ed. Barcelona: EUB, 1996.

CADERNOS DE ESTUDOS – FACEF – Franca/SP, 2000.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. In: *O sexo do trabalho*. São Paulo: Ed.Paz e Terra, 1987.

LEITE, M. (org.). *O Trabalho em Movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Papirus, 1997.

SAES, D. *República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE n° 75, especial sobre Velhice e Envelhecimento. SP: Cortez, 2003.

SIMÕES, R. *Corporeidade e Terceira Idade: a marginalização do corpo do idoso*. 3a ed. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

Análise da Automotivação em Idosos para a Prática da Atividade Física

**MARCOS GONÇALVES
MACIEL**

*Graduado em
Educação Física.
Mestrando em
lazer pela Escola de
Educação Física/
UFMG.
marcosgmaciel@
hotmail.com*



Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar quais os motivos que influenciam a adesão e a manutenção da prática de uma atividade física pelos idosos, analisando mais especificamente a automotivação. Participaram da amostra 30 indivíduos pertencentes ao grupo da terceira idade do SEST/SENAT de Contagem/MG. Os resultados apresentados demonstraram que os principais motivos que levam os idosos a participar de um programa de atividade física são a preocupação com a saúde e fazer amizades. Através desses dados podemos inferir que os idosos consideram mais as influências externas (motivação extrínseca) do que a motivação intrínseca (automotivação) para se exercitarem, sendo necessário que os profissionais adotem estratégias que promovam o desenvolvimento da automotivação, de forma a proporcionar a manutenção da prática da atividade física pelos idosos e evitar o abandono da mesma.

Palavras-chave: *Automotivação. Idoso. Atividade física.*

Abstract

This paper aims to understand the factors that influence involvement and steadiness in the practice of physical activity by elderly, analyzing particularly self-motivation. Thirty subjects took part in this research, all elderly members of a conviviality group at SEST/SENAT in Contagem/MG. The main reasons that lead the elderly to practice physical activities are concerns about health and making friends. The results showed that external influence is stronger than self-motivation for their practicing. It is important to adopt strategies to increase self-motivation in order to achieve steadiness of the practice of physical activities by the elderly.

Keywords: *Elderly. Physical activity. Self-motivation.*

INTRODUÇÃO

Deparamos-nos em cada esquina, nas filas dos bancos e supermercados e em tantos outros lugares, com pessoas de “cabelos prateados”. Segundo Matsudo (1997) é cada vez mais marcante na maioria das sociedades do mundo e, em especial, nas mais desenvolvidas o aumento do número de pessoas que atingem a terceira idade. O crescimento da população idosa não é mais uma mera projeção estatística, mas uma realidade.

Segundo Bento (2004) nas últimas décadas a expectativa de vida aumentou mais do que nos cinco milênios anteriores - até a Revolução Industrial as pessoas com mais de 65 anos não iam além de 2-3% da população; atualmente é comum em alguns países que essa população ultrapasse os 18%. Hawkins et al (1998) relata que vários fatores contribuíram para esse aumento da expectativa de vida, como as melhorias das condições de vida - normalmente as higiênico-sanitárias - o desenvolvimento dos cuidados de saúde; a melhoria da alimentação; e a implementação de programas de atividades físicas (AF) com o intuito de melhorar a saúde e o bem-estar. Além do aumento dessa população, a maneira de encarar a idade avançada também mudou. Esse período era visto outrora como “o fim da vida”, fadado à inatividade promovida pela aposentadoria; há agora uma nova visão, a do idoso mais ativo e participativo na sociedade. Esse novo dinamismo refletiu, por exemplo, numa maior adesão do idoso à prática de AF. Garcia (2004) entende que essa população deixou de ser somente um ente passivo no esporte para integrá-lo ativamente em todas as suas manifestações.

Atualmente, a relação entre esporte e idoso não se limita ao viés médico-biológico - melhoria da saúde e prevenção de doenças - mas, segundo Faria Junior (1997), o esporte assume o contorno de experiência pedagógica. Para Berguer (1989) o exercício físico também está associado ao aumento da alegria, da auto-eficácia, do autoconceito, da auto-estima, da imagem corporal e da qualidade de vida. De acordo com essa concepção, é importante que o idoso busque esse significado pessoal mediante o engajamento em atividades que propiciem compromisso e/ou oportunidade de manter o convívio social e sua autonomia. Nessa perspectiva, a prática da AF é um ótimo recurso para que se alcancem tais objetivos.

Despertar o interesse para a prática da AF é falar sobre motivação. Weinberg e Gould (2001) apresentam algumas razões que as pessoas alegam em geral para não se exercitarem: 1) falta de tempo - 69%; 2) falta de energia (devido à fadiga mental) - 59%; 3) falta de motivação (esta relacionada à falta de energia). De acordo com esses mesmos autores, 50% das pessoas desistem de praticar uma AF nos primeiros seis meses. Levando em consideração esses dados, a maioria das pessoas ainda não concebe que a AF é um importante fator que contribui para melhoria de sua saúde. Quais estratégias poderiam ser utilizadas para criar o hábito nas pessoas para a adoção de uma AF regular? Conscientizar apenas não basta - aliás, as pessoas já estão bastante informadas a esse respeito - o que elas realmente precisam são ações concretas que as auxiliem a se manterem fisicamente ativas.

O estudo da motivação é realizado há várias décadas, e os pesquisadores vêm ten-

tando identificar os fatores que influenciam as pessoas a buscarem seus objetivos, rompendo obstáculos encontrados nesse processo. Segundo Miranda e Bara Filho (2002), os termos mais usados para definir motivação são: metas, objetivos e necessidades. Samulski (2002) caracteriza motivação como um processo ativo, intencional e dirigido a uma meta que depende da integração de determinada pessoa a uma situação concreta para que esta se comporte com certa intensidade e persistência.

Para Iida (1998) as teorias sobre motivação têm atribuído várias origens para suas fontes, como uma necessidade inata, um estado de privação ou um desequilíbrio com o ambiente. Ainda segundo esse autor, as teorias mais antigas tendem a localizar os motivos na própria pessoa, na forma de necessidades pessoais. Mais recentemente têm-se dado maior importância ao ambiente, ou seja, ao relacionamento do indivíduo com o mundo.

Para Miranda e Bara Filho (2002), a motivação é um estado ou processo que pode ser desenvolvido. Sobre esse processo de desenvolvimento, Samulski (2002) declara que através da utilização de técnicas de motivação pode-se promover formas desejadas de comportamento e evitar comportamentos não desejáveis. Para este último, o objetivo principal das técnicas de motivação é o desenvolvimento de formas positivas e a estabilização de formas adequadas de comportamento, ou seja, evitar formas não desejadas de comportamento – como, por exemplo, o sedentarismo - pela aplicação de medidas de compensação e prevenção.

Samulski (2002) declara que essas técnicas devem desenvolver a capacidade de automotivação, de autocontrole e de assumir

responsabilidade em situações de fracasso. Esse autor entende como técnicas de automotivação as medidas que uma pessoa aplica assumindo o controle sobre o seu próprio comportamento para regular seu nível de motivação. O objetivo do treinamento da motivação é alcançar as seguintes metas: 1) melhor nível possível da ativação; 2) o desenvolvimento da motivação do rendimento e da força de vontade; 3) a fixação de metas exigentes e reais; 4) atribuição das causas de sucesso e de fracasso em forma adequada; 5) o desenvolvimento da automotivação e da auto-responsabilidade. Para Miranda e Bara Filho (2002), no que tange as realizações pessoais significativas, essas são realizadas com a maior eficácia possível quando as pessoas possuem uma motivação intrínseca, pois esta é mais fundamental do que a extrínseca. De uma maneira geral, há uma interdependência entre o vínculo da realização da tarefa e a motivação intrínseca.

Dessa forma, os profissionais de Educação Física deveriam adotar estratégias que capacitem as pessoas a desenvolverem a automotivação para a prática da AF. Inicialmente, esses profissionais utilizariam com maior frequência as técnicas da motivação extrínseca para “atrair e manter” as pessoas e gradativamente promoveriam o desenvolvimento da automotivação, de maneira que as mesmas incorporassem ao seu estilo de vida a prática regular de uma AF, pelo prazer e conscientização de sua importância.

Duda et al. (2005) destacam que a automotivação pode ser aprendida pelo treinamento das habilidades psicológicas (psychological skills training - PST). Estas são técnicas ou modelos estratégicos ensinados para aumentar as habilidades mentais que facilitem a per-

formance e uma aproximação positiva para o esporte; em outras palavras, o PST é um processo cognitivo focado em ajudar as pessoas a administrarem seus pensamentos e emoções, otimizando a sua performance esportiva, e é caracterizado pelo desenvolvimento das habilidades de autocrítica, autoconfiança, auto-regulação, automonitoramento e pelos métodos de estabelecimento de metas, imaginação e treinamento mental.

Duda et al. (2005) apresentam ainda uma proposta de modelo para o desenvolvimento da automotivação, com o envolvimento dos seguintes aspectos: meio ambiente, personalidade, reguladores da motivação, orientação de metas, PST e processos de orientação de esforços/mecanismos de auto-regulação. Esses fatores se inter-relacionam para que se obtenha um resultado esperado. Esses mesmos autores destacam duas teorias principais da linha sociocognitiva que constituem a fundamentação dos estudos que enfatizam as interpretações individuais e situacionais sociais nas quais os atletas estão inseridos: 1) teoria da autodeterminação (self determination theory – SDT) e 2) teoria do estabelecimento de metas (achievement goal theories – AGT).

A SDT destaca a importância dos resultados da motivação positiva. É marcada pelos comportamentos volitivos (apoio interno/autoconfiança e comprometimento com uma escolha pessoal externa – influência do meio). Apresenta duas características básicas: 1) regula as razões para a ação (crescimento pessoal, compromisso, interação eficiente com o meio ambiente); 2) distingue as razões que regulam as ações da motivação (interna/externa). A AGT aborda as vantagens motivacionais asso-

ciada com o foco na meta da tarefa, sendo caracterizada por: 1) experiência pessoal positiva (causa-efeito); 2) sentimento de competência e sucesso.

A respeito da teoria sociocognitiva, Gouvêa (2003) relata que ela está “construída sobre a base de expectativas e valores que os indivíduos ajustam a diferentes metas e atividades de execução”. Segundo Weinberg e Gould (2001), essa teoria foi estruturada a partir de uma abordagem à mudança de comportamento que reconhecia a auto-eficácia como um mecanismo cognitivo comum para mediar motivação e comportamento.

Weinberg e Gould (2001) entendem tratar-se a auto-eficácia da percepção da própria capacidade de realizar uma tarefa com sucesso, que também pode ser compreendida como autoconfiança. Em outras palavras, pode-se dizer que a auto-eficácia é a associação de fatores intrínsecos (motivação intrínseca) aos fatores ambientais (motivação extrínseca). Para Miranda e Bara Filho (2002) a motivação intrínseca representa a vontade interior de realizações de determinadas tarefas, não dependendo exclusivamente de fatores motivacionais externos, ou seja, é a força psíquica interior para o empenho em uma atividade por vontade própria (também pode ser entendida como automotivação). Embora a motivação extrínseca colabore para a manutenção ou modificação do comportamento do indivíduo - representada por fatores externos como elogios, troféus, dinheiro, reconhecimento etc. - ela não garante uma prática contínua de uma atividade; muitas vezes, cessando esses estímulos, as pessoas interrompem a prática.

Vários estudos como os desenvolvidos por Campos Junior (2005); Faria Junior (1997); Marques Filho (2003); Iwanowicz (2000); Matsudo (1997); Mota (2002); Okuma (1997), dentre outros, vêm analisando a prática da AF relacionada à população idosa. Contudo, grande parte dos trabalhos realizados tem enfatizado somente os aspectos extrínsecos. Sendo assim, é necessário refletirmos sobre os motivos intrínsecos considerados mais relevantes pelos idosos para a prática de AF. Compreender esses motivos possibilitará aos profissionais que lidam com essa população a elaboração de estratégias que promovam o aumento da percepção da auto-eficácia da mesma, contribuindo para a manutenção da prática da AF, o que repercutirá na promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida (ALVES; LOURENÇO, 2003; FONSECA, 2002; LÁZARO, 2003). Assim sendo, o objetivo deste trabalho consiste em analisar quais os motivos que influenciam a adesão e a manutenção da prática de uma AF pelos idosos, analisando mais especificamente a automotivação sob a visão do desenvolvimento da auto-eficácia.

METODOLOGIA

Amostra

Para este trabalho foi realizada uma amostra não probabilística, composta por 30 indivíduos (9 homens e 21 mulheres) com ida-

de média 69,03 anos (+ 7,09), pertencentes ao grupo da terceira idade do SEST/SENAT de Contagem, Minas Gerais. Os sujeitos participaram de forma livre e esclarecida da pesquisa.

Instrumento

Foi utilizado um questionário semi-estruturado – elaborado especificamente para a realização desta pesquisa - para avaliar os motivos apresentados pelos idosos para participarem de um programa de AF. Inicialmente realizou-se um estudo piloto, para adequação do instrumento à população investigada.

O questionário final consistia de dados demográficos (idade, sexo, escolaridade, renda familiar); hábitos de AF na adolescência e juventude (motivos da adesão ou não dessa prática); hábitos de AF num passado recente (num período de 12 meses antes de entrar no projeto); interesse atual pela AF; motivos que levaram a entrar no projeto; motivos que levariam a parar de praticar uma AF; avaliação dos motivos que levam às pessoas a praticarem uma AF. O questionário foi aplicado por um mesmo avaliador a todos os participantes individualmente num mesmo dia; foi solicitado que os participantes não comentassem com colegas a respeito do conteúdo das perguntas.

Resultados e discussão

A análise dos dados foi feita através de estatística descritiva dos resultados. As perguntas do questionário com seus respectivos

resultados estão representadas nas tabelas abaixo.

A tabela 1 corresponde ao perfil sócio-demográfico, apresentando os seguintes resultados:

Tabela 1 - Dados sociodemográficos

Variável	Categoria	%
1. <i>Idade Média</i>	69,03 anos (+ 7,09)	100
2. <i>Sexo</i>	Feminino	70,0
	Masculino	30,0
3. <i>Escolaridade</i>	Primário	89,1
	1º grau	7,6
	2º grau	3,3
	Superior	0
4. <i>Renda familiar média</i>	≤ 3 Salários Mínimos	86,6
	≥ 4 Salários Mínimos	13,3

De acordo com Andreotti e Okuma (2003); Dishman et al. (1994); Weinberg e Gould (2001), os fatores sociodemográficos são determinantes para a adesão à prática da AF. Os primeiros autores relatam que há uma relação entre o nível de escolaridade e o status social (renda) dos participantes para realizarem uma AF, ou seja, pessoas mais instruídas e de maior renda são mais adeptos da prática da AF, sendo

a recíproca verdadeira. Já Andreotti e Okuma (2003) não encontraram essa relação em seus estudos. Pelos dados apresentados aqui, pode-se observar uma baixa escolaridade e renda, com maior participação de mulheres.

A tabela 2 demonstra que os indivíduos pesquisados não praticaram uma AF durante a adolescência/juventude, principalmente pela falta de infra-estrutura em espaços públicos de

lazer ou instituições, como clubes, que possibilitassem a prática da AF, o que demonstra que a falta de políticas públicas para o lazer é uma deficiência do Estado há décadas. Outro motivo apresentado foi a necessidade de começarem desde cedo a trabalhar como forma de ajudar a melhorar o orçamento familiar (o que

pode ser observado pelo fato de 17,3% não ter boas condições financeiras), ou a realização de tarefas domésticas (principalmente pelas mulheres). Os resultados também mostram que, apesar de não poderem ter praticado uma AF regular, eles apresentavam interesse pela mesma (25%).

Tabela 2 - Participação em AF na adolescência/juventude

Variável	Categoria	%
5. Prática de AF/esporte durante a adolescência/juventude pelo menos 2 vezes por semana por mais de 2 anos consecutivos.	Não praticaram	83,3
	Praticaram	16,7
6. Motivos apresentados por não ter praticado uma AF/esporte na adolescência/juventude.	Não tiveram oportunidade (ausência de infra-estrutura física disponível)	28,8
	Não tinham tempo devido ao trabalho	25,0
	Não foram incentivados, mas gostariam de ter feito.	25,0
	Não tinham condições financeiras	17,3
	Não achavam importante	3,8
	Tinha problemas de saúde	0

Os dados apresentados pela tabela 3 demonstram que os idosos eram sedentários em sua juventude antes de entrarem no projeto (54,5%), assim como 50% têm menos de um ano de participação no mesmo; que a maioria está consciente sobre a importância da AF para

a sua saúde (48,3%) - e praticam uma AF extra, além da desenvolvida no projeto, com o intuito melhorar a saúde (30,4%) -, enquanto 89,7% têm a intenção de continuar realizando uma AF caso saiam do projeto (prioritariamente participando em outro grupo de 3ª idade).

Tabela 3 - Interesse atual pela AF

Variável	Categoria	%
7. Fazia alguma atividade física regular (pelo menos três vezes por semana) nos últimos 12 meses, antes de entrar neste projeto?	Tinham o hábito de se exercitarem regularmente.	45,5
	Eram sedentários	54,5
8. Tempo de participação no projeto?	1 a 3 anos	50,0
	6 meses a 1 ano	28,6
	Menos de 6 meses	21,4
10. O que levou a fazer essa atividade extra?	Melhorar a forma física/bem estar	30,4
	Gosta de se exercitar.	26,1
	Incentivar um amigo ou familiar a praticar também.	19,6
	Aproveitar o tempo livre.	15,2
	Fazer outras atividades que não são feitas no grupo.	8,7
11. Se você sáisse deste projeto você continuaria a praticar uma atividade física?	Sim	89,7
	Não	11,3
12. Como você praticaria essa atividade?	Entraria em outro grupo de 3ª idade.	73,3
	Sozinho	16,7
	Numa academia	10,0

Observando a tabela 4, nota-se que os principais motivos que despertam o interesse dos idosos para a AF são a preocupação com a melhoria da saúde e da qualidade de vida e a socialização (fazer amizades), sendo que a prática dessa atividade está mais associada com o “ter força de vontade” do que com a satisfação proporcionada por ela; além disso, eles são muito mais dependentes do incentivo recebido por outras pessoas para os motivarem, do que do próprio interesse em praticá-la.

Pela tabela 5 pode-se observar que, para manterem-se no programa, os idosos apresentam como principais motivos a forte preocupação com a saúde e as relações sociais através das amizades (fatores externos). Somente em terceiro lugar aparece a importância de um fator característico da automotivação (ter força de vontade). Este fato demonstra que na população estudada os fatores externos são mais fortes do que os internos para que os idosos mantenham-se fisicamente ativos.

Tabela 4 - Motivos apresentados para a adesão da AF

Variável	Categoria	%
<i>13. Qual motivo levou a entrar neste projeto?</i>	Melhorar a saúde	12,9
	Melhorar a qualidade de vida	11,4
	Fazer amizades	9,5
	Fazer algo novo/diferente	9,0
	Melhorar a auto-estima	9,0
	Por gostar de se exercitar	8,5
	Ter o reconhecimento de outras pessoas.	8,5
	Redução do estresse	8,5
	Orientação médica	7,5
Ter tempo disponível	6,5	
<i>14. Para você, o principal motivo que leva uma pessoa a fazer uma atividade física é:</i>	Ter força de vontade	42,3
	Gostar de fazer	38,5
<i>15. O incentivo dado por outras pessoas para você realizar uma atividade física é:</i>	Muito importante	96,4
	Pouco importante	3,6

Tabela 5 - Possíveis motivos apresentados para não abandonar a prática da AF

Variável	Categoria	%
<i>16. Se surgir a vontade de parar de se exercitar, quais motivos você teria para não parar:</i>	Nos benefícios para a minha saúde	26,3
	Nas amizades que fiz e não querer perder o contato com elas	18,2
	Ter mais determinação/força de vontade	17,2
	No ambiente agradável em que faço a atividade física	16,2
	Buscar incentivo do professor e/ou familiares	8,5
	Mudar de atividade	6,1
	Mudar de local/ambiente	5,1

Os idosos apresentaram como os principais motivos para deixarem de praticar uma AF os problemas de saúde, financeiros e de relacionamento interpessoal com o professor e colegas, além da falta de apoio familiar, como apresentado pela tabela 6. Os motivos apresentados demonstram mais uma vez a dependência da motivação externa para a prática da AF.

A maioria dos idosos apresentou uma auto-estima e estado motivacional elevados, conforme apresentado pela tabela 7, o que demonstra uma percepção de bem-estar e atitude positiva perante a vida; porém, essa característica deveria refletir numa maior automotivação, o que não ocorre, conforme os dados apresentados na tabela 5 analisados anteriormente.

Tabela 6 - Motivos apresentados para abandonar a prática da AF

Variável	Categoria	%
<i>17. O que levaria a parar de realizar uma atividade física?</i>	Problemas de saúde	33,3
	Problemas financeiros	14,7
	Problema de relacionamento com o professor;	14,7
	Falta de apoio familiar; atividade monótona.	14,7
	Problema de relacionamento com o grupo	14,7
	Falta de tempo	5,3

Tabela 7 - Percepção do estado de motivação

Variável	Categoria	%
<i>18. Você se acha uma pessoa:</i>	Muito animada	60,0
	Razoavelmente animada	23,3
	Pouco animada	16,7

CONCLUSÃO

O crescente aumento da população idosa é um fenômeno mundial que vem atraindo o empenho de toda a sociedade em estudá-lo. Dentre as inúmeras questões que estão sendo investigadas, podemos destacar como a sociedade poderá promover qualidade de vida aos idosos, partindo da premissa de que não basta apenas oferecer-lhes mais anos de vida, mas também uma forma de viver melhor esses anos.

Uma das recomendações apresentadas pelas Ciências da Saúde para alcançar esse objetivo é a adoção da prática da atividade física regular e orientada tanto como meio profilático quanto como reabilitação dos aspectos biopsicossociais do idoso. A adoção de um estilo de vida mais ativo promoverá melhorias na autonomia e na saúde na terceira idade.

A proposta deste trabalho foi analisar os motivos que levam os idosos a aderirem à prática da AF, sobretudo na perspectiva da automotivação. Os dados achados corroboram os de Fenalti e Schwarts (2003), com respeito à maior participação das mulheres em relação aos homens e os de Andreotti e Okuma (2003), sobre a baixa escolarização e com os principais motivos para a prática da AF sendo a preocupação com a saúde e socialização. Corroboraram parcialmente os de Valério (2001), que diagnosticou os principais motivos apresentados pelos idosos para a prática da AF como sendo a saúde e os aspectos psicossociais; corroboraram parcialmente Cabral (2002), em relação a fazer novas amizades e inclusão social. Não corroboraram os estudos de Dishman (1994), King et al.

(1992) e Weinberg e Gould (2001), a respeito da escolaridade e renda dos participantes.

De acordo com Weinberg e Gould (2001), para aumentar a motivação deve-se analisar não apenas a personalidade do praticante, mas também a interação das características pessoais e interacionais – com o meio ambiente. Visto que as motivações podem mudar com o tempo, deve-se continuar monitorando-a durante alguns meses, após as pessoas terem começado a praticar uma AF, incentivando-as a desenvolverem mais a automotivação e a serem menos dependentes da motivação extrínseca.

Segundo Gouvêa (2003), a importância de se desenvolver a autoconfiança justifica-se pelo fato de que o indivíduo torna-se responsável pelo resultado da tarefa e que é inerente a este certo nível de desafio, bem como a valorização das próprias capacidades para executar uma tarefa em determinado nível, em um contexto de ganho valioso para o esportista, ou seja, o indivíduo motiva-se a partir de sua força, de como ele é capaz de fazer determinado exercício e alcançar seu objetivo.

Através dos resultados apresentados pela população estudada neste trabalho, podemos inferir que os idosos são mais suscetíveis à dependência da motivação extrínseca (principalmente a preocupação com a saúde e a socialização), sendo necessário desenvolver técnicas de motivação que promovam a automotivação focada na autoconfiança (capacidade de realizar as atividades da vida diária sem ajuda de outras pessoas) e da auto-satisfação (ter prazer em exercitar-se) despertando o bem-estar geral, de modo a garantir que os mesmos mantenham o hábito da prática da AF sem ficarem “vulneráveis” aos fatores externos.

Referências Bibliográficas

- ALVES, J.; LOURENÇO, A. Tradução e adaptação do questionário de motivação para o exercício. *Revista desporto, investigação e Ciência*. Lisboa, nº 11, p. 3-11, 2003.
- ANDREOTTI, M.C.; OKUMA, S.S. Perfil sócio-demográfico e de adesão inicial de idosos. *Revista Paulista de Educação Física*, São Paulo, v. 7, nº 2, p.142-153, jul/dez, 2003.
- BERGUER, B.G. The role of physical activity in the life quality of older adults. *American Academy of Physical Education Papers: Physical activity and aging*, Champaign (Illinois), v.22, p.43-58, 1989.
- BENTO, J. O. Do século do idoso – verdade ou ficção? O papel do desporto. In: LEBRE, E; BENTO, J. O. (orgs.). *Professor de Educação Física – Ofícios da Profissão*. Porto: FCDEF-UP, 2004, p. 175-188.
- CABRAL, B. E. J. E. *Recriar laços: estudo sobre idosos e grupos de convivência nas classes populares paraibanas*. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.
- CAMPOS JUNIOR, J.L. Educação Física e envelhecimento. In: GARCIA, E. S e LEMOS, K.L.M (orgs.). *Temas Atuais em Educação Física e Esportes*. Belo Horizonte: 2005, p. 93-108.
- DISHMAN, R.K.; SALLIS, J.F. Determinants and interventions for physical activity and exercise. In: BOUCHARD, C. et al. (eds.). *Physical activity, fitness and health: international proceedings and consensus statement*. Champaign: Human Kinetics, 1994. Cap.13, p.215-38.
- DUDA, J.L. et al. Enhancing athletes' self-regulation, task involvement, and self-determination via psychological skill training. In Hackfort, D. et al. (orgs.). *Handbook of Research in Applied Sport and Exercise Psychology: International Perspectives*. Morgantown (WV): Fitness Information Technology, 2005, p. 159-181.
- FARIA JUNIOR, A. G. Atividade física – conceito, modelo e suas especificidades no caso das pessoas idosas. In: Faria Junior, A. G. (org.). *Atividade Física para a Terceira Idade*. Brasília: INDESP/CNISESI, 1997, p. 13-22.
- FENALTI, R. C. S; SCHWARTZ, G. M. Universidade aberta à terceira idade e a perspectiva de ressignificação do lazer. *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, v. 7, nº 2, p.131-141, jul/dez, 2003.
- MARQUES FILHO, E. *Atividade Física no Processo de Envelhecimento*. São Paulo: SESC, 2003.
- FONSECA, A. M. *Estudos sobre Motivação*. Porto: FCDEF-UP, 2002.
- GARCIA, R. P. O Idoso entre a Ciência e a Poesia. in Lebre, E. e Bento, J. O. (orgs.). *Professor de Educação Física – Ofícios da Profissão*. Porto: FCDEF-UP, 2004, p. 189-212.
- GOUVÊA, F.C. Análise da auto-eficácia em atletas de modalidades individuais e coletivas. *Revista Mackenzie*, São Paulo, ano 2, nº 2, 2003.
- HAWKINS, B. A. et al. Cross-cultural comparisons of the daily activity patterns and life satisfactions of older adults in China, Australia and the United States. *Journal of cross-cultural Psychology*, LOCAL, v.4, 1998, p.4-10.
- IIDA, I. *Ergonomia: projetos e produção*. 5ª ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda., 1998.
- IWANOWICZ, J. B. O lazer do idoso e o desenvolvimento prosocial. In: BRUHNS, H. T. (org.). *Temas Sobre o Lazer*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2000, p.101-129.
- LÁZARO, J. P.; SANTOS, P. A. *Motivos para a não adesão à prática do desporto escolar*. In: Simpósio – A actividade física: do lazer ao rendimento – a estética, a saúde e o espetáculo; Viseu: Instituto Superior Politécnico de Viseu, 2003, p. 213-238.

KING, A. C. et al. Determinants of physical activity in sports and interventions in adults. *Medicine and Science in Sports and Exercise*, Madison, v. 24, n° 6, 1992, p. 221-36.

MATSUDO, S. M. M. Envelhecimento e Atividade Física. In: FARIA JUNIOR, A. G. (org.). *Atividade Física para a Terceira Idade*. Brasília: INDESP/CNI-SESI, 1997, p. 23-38.

MIRANDA, R.; BARA FILHO, M. G. A motivação no esporte. *Revista Scape*, Vitória, v.1, n° 1, p. 53-63, 2002.

MOTA, J. Envelhecimento e exercício – actividade física e qualidade de vida na população idosa. In: AMADIO, A. C. e BARBANTI, V. (orgs.). *Esporte e Atividade Física*. São Paulo: Editora Manole, 2002, p. 183-193.

OKUMA, S. S. Dimensões psicológicas do envelhecimento e a atividade física. In: FARIA JUNIOR, A. G. (org.). *Atividade física para a terceira idade*. Brasília: INDESP/CNI-SESI, 1997, p. 39-48.

SAMULSKI, D. M. *Psicologia do Esporte*. São Paulo: Editora. Manole, 2002.

VALÉRIO, M. P. *A pouca adesão masculina aos grupos de atividades físicas para a terceira idade*. Santa Maria, 2001, Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano), UFSM, Santa Maria, 2001.

WEINBERG, R.; GOULD, D. *Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2001.

Avaliação Neuropsicológica do Idoso

**MÔNICA GIARETTON
BICCA**

*Psicóloga, Mestre
em Psicologia
Clínica (PUCRS);
Especialista em
Psicoterapias
Cognitivo-
comportamentais
(UNISINOS).
monicagb@portoweb.
com.br*

ANALISE DE SOUZA VIVAN

*Psicóloga, Mestre
em Psicologia
Clínica (PUCRS);
Especialista em
Psicoterapias
Cognitivo-
comportamentais
(UNISINOS).
anavivan@uol.com.br*

**IRANI IRACEMA DE LIMA
ARGIMON**

*Psicóloga, Doutora
em Psicologia
(PUCRS); Professora
do PPG-Psicologia
Clínica (PUCRS).
argimoni@pucrs.br*



Resumo

A presença de prejuízos nas funções mentais durante o processo de envelhecimento pode representar um risco à qualidade de vida dos idosos. A neuropsicologia, por meio do estudo da relação entre cérebro e comportamento humano, vem mostrando que a terceira idade muitas vezes está associada a dificuldades de memória e à lentidão de raciocínio. Dessa forma, este estudo busca descrever a avaliação neuropsicológica do idoso e suas principais indicações. Por meio da revisão da literatura foi possível identificar que o processo de avaliação neuropsicológica vem sendo utilizado como um importante recurso de apoio para profissionais de diferentes áreas, além de contribuir fortemente para um plano de reabilitação mais eficaz.

Palavras-chave: *Avaliação neuropsicológica. Idoso.*

Abstract

Damages in brain functions due to the aging process can represent a risk to the quality of life of seniors. Neuropsychology, through the study of the relationship between brain and human behavior, is demonstrating that old age is frequently associated with bad memory and slow reasoning. This study seeks to describe neuropsychological evaluation of seniors and its main indications. Through revision of literature, it was possible to identify that neuropsychological evaluation process has been used as an important support resource for professionals of different areas, besides contributing strongly for a more effective rehabilitation plan.

Keywords: *Neuropsychological evaluation. Senior.*

Introdução

Usualmente, o envelhecimento está associado à lentidão de raciocínio e a dificuldades de memória. Desta maneira, acredita-se que os idosos têm dificuldades em compreender e lembrar situações novas ou que lhes são apresentadas rapidamente. Ainda há uma desinformação ou desconhecimento a respeito de o que é um envelhecimento cognitivo normal e como distingui-lo de um envelhecimento patológico (PARENTE; TAUSSIK, 2002).

Papalia e Olds (2000) referem que o processamento mais lentificado de informações pode fazer com que as pessoas com mais idade não entendam quando informações são apresentadas de forma rápida ou sem muita clareza, entretanto, em idosos saudáveis as mudanças no cérebro geralmente são modestas e fazem pouca diferença no funcionamento. A cognição pode ser afetada quando existe um problema relacionado ao Sistema Nervoso Central, piorando a capacidade de aprender e lembrar.

A neuropsicologia, área que investiga as relações entre o cérebro e a cognição e enfoca o envelhecimento, tem mostrado que o mesmo está associado a dificuldades de memória e à lentidão de raciocínio, embora uma análise mais minuciosa do declínio cognitivo mostre que tais constatações são apenas parcialmente verdadeiras. Acredita-se que idosos tenham dificuldades em lembrar e compreender situações novas, no entanto, superam os mais jovens em raciocínios mais complexos (PARENTE; TAUSSIK, 2002).

De acordo com Kristensen et al. (2001), a neuropsicologia é a ciência que estuda a relação entre o cérebro e o comportamento humano, tendo sua criação partido de duas vertentes: a psicologia científica, que estuda fundamentalmente o comportamento humano, e a neurologia, que verifica as alterações comportamentais causadas por lesões cerebrais. A neuropsicologia é ciência do comportamento humano baseada no funcionamento do cérebro, acreditando que este funcione como um todo, no qual as áreas são interdependentes e inter-relacionadas, resultando em um sistema funcional (LURIA, 1981).

Este artigo tem como objetivo descrever a avaliação neuropsicológica do idoso e suas principais indicações. Os dados sobre o tema proposto foram obtidos por meio de uma revisão da literatura nos últimos 10 anos.

Avaliação Neuropsicológica

A utilização de testes tem influenciado a neuropsicologia desde o início do século (GROTH-MARNAT, 2000), no entanto, o uso dos mesmos para a investigação das disfunções cerebrais ocorreu em maior escala após a Segunda Guerra Mundial, quando se tentou verificar e compreender os danos cerebrais causados pelos acidentes da guerra (RAO, 1996).

Por meio do uso de testes, a avaliação neuropsicológica estuda a repercussão de disfunções cerebrais sobre o comportamento e a cognição, fornecendo informações sobre o potencial cognitivo global de uma pessoa e qualificando a natureza funcional de déficits observados por meio da análise comparativa e

qualitativa dos resultados obtidos, permitindo a comparação com indivíduos da mesma idade, sexo e escolaridade (LEZAK, 1995). Ainda, o exame neuropsicológico permite uma análise quantitativa (comparando o desempenho com o grupo normativo) e qualitativa (avaliando o modo pelo qual a resposta do examinando foi fornecida, verbal ou gráfica) (MATTOS, ALFANO, ARAÚJO, 2004).

Kaplan, Sadock & Grebb, (1997) referem-se à avaliação neuropsicológica como o estudo detalhado das funções cognitivas, emocionais e comportamentais utilizando-se de um conjunto de testes e procedimentos padronizados, com objetivo diagnóstico, de pesquisa ou para auxiliar no planejamento da reabilitação.

Cunha (1993) afirma que no princípio a avaliação neuropsicológica buscava a identificação e localização de lesões cerebrais. Atualmente, baseia-se na localização dinâmica de funções, objetivando a investigação de funções como atenção, memória, linguagem, tomada de decisão e julgamento, entre outras, sendo assim possível conhecer o desenvolvimento e funcionamento normal do cérebro. Podem-se compreender assim alterações cerebrais, como disfunções cognitivas, comportamentais, doenças do cérebro ou ainda o desenvolvimento anormal do mesmo.

Conforme Gil (2002), a avaliação neuropsicológica é o estudo detalhado das funções cognitivas, emocionais e comportamentais, utilizando-se um conjunto de testes e procedimentos padronizados, com objetivo diagnóstico, de pesquisa ou para auxiliar no planejamento da reabilitação. Este autor enfatiza as principais funções investigadas: inteligência global; memória verbal e visual (aquisição, retenção

e recuperação); memória implícita; gnosia; atenção (amplitude, rastreamento, seletividade, alternância e sustentação); linguagem receptiva e expressiva; praxia; fluência verbal fonética e semântica; cálculo e abstração.

A avaliação neuropsicológica é indicada para identificar déficits, verificar sua gravidade e determinar como eles afetam o funcionamento geral do indivíduo. Também pode estabelecer e/ou contribuir para um diagnóstico clínico e delinear o perfil cognitivo em casos de diagnóstico já determinado (estimar a evolução e prognóstico da enfermidade, delinear um programa de reabilitação cognitiva e acompanhar o uso de fármacos) (GIL, 2002).

Para Lezak (1995) a avaliação neuropsicológica é indicada para:

- Diagnóstico: definir uma condição diagnóstica, dar o resultado desta condição (prognóstico), prever a manifestação de condições neuropatológicas;
- Cuidado e planejamento do paciente: elaborar um programa de cuidados; avaliar capacidades, limitações, status emocional e cognitivo, impacto das mudanças na vida e comportamento do indivíduo; realizar exames repetidos para avaliar progresso, repercussão da doença, efeito de medicação;
- Reabilitação e avaliação do tratamento: avaliar capacidades mentais para adaptar programas e metas ao paciente; indicar qual o tipo de tratamento do qual o paciente pode beneficiar-se;
- Pesquisa: estudar a organização da atividade cerebral, investigando distúrbios específicos; fundamentar a prática clínica.

Yudofsky e Hales (1996) acreditam que as indicações para este tipo de avaliação são para pessoas com lesão cerebral conhecida (ajuda a definir a natureza e severidade dos déficits, bem como seu status atual, limitações e indicação para tratamento); pessoas com fator de risco conhecido para lesão (a avaliação fornece evidência da disfunção cerebral) e pessoas sem risco, com mudanças comportamentais (a avaliação fornece evidência da disfunção cerebral).

Hebben e Milberg (2002) assinalam alguns passos e procedimentos para o sucesso da avaliação neuropsicológica:

- Planejar a avaliação: obter informações sobre a queixa e história do paciente a partir da queixa; solicitar informação histórica (antecedentes médicos, sociais, psicológicos, educacionais e de trabalho); selecionar testes validados para a avaliação da proposta (levar em consideração a questão trazida, os possíveis diagnósticos, a habilidade do paciente em cooperar e tolerar a testagem);
- Avaliação: entrevistar o paciente (quando criança ou com alguma condição neurológica severa, chamar parente ou acompanhante); administrar os testes; observar o comportamento do paciente durante testagem e entrevista (esforço, ansiedade, aborrecimentos emocionais);
- Interpretação: obter respostas às questões relevantes como: a) qual a prevalência deste déficit específico dadas as queixas apresentadas?; b) as observações comportamentais trazem

informação de possíveis fontes ou contribuições ao déficit encontrado?; e c) outros fatores podem ter influenciado o desempenho - idade, escolaridade, estado de vigília, educação, ansiedade, entre outros.

Indicações da Avaliação Neuropsicológica no Idoso

A avaliação neuropsicológica é recomendada sempre em casos que exista uma dificuldade cognitiva ou comportamental de origem neurológica (COSTA et al., 2004). Ela contribui para um diagnóstico clínico como, por exemplo, de quadros demenciais, acidentes vasculares, doença de Parkinson, diferenciação entre depressão e demência, acompanhamento de fármacos no tratamento da doença de Alzheimer, entre outros.

Testes Utilizados

Existem diferentes formas de realizar uma avaliação neuropsicológica: baterias fixas (série pré-estabelecida de testes, aconselhável para determinadas patologias), baterias flexíveis (seleção de testes conforme o distúrbio apresentado pelo paciente), um único teste (patologia muito específica) e baterias de provas selecionadas + técnicas de neuroimagem (permitem maior precisão no diagnóstico) (GIL, 2002).

- Wechsler Adult Intelligence Scale-Revised (Wais-R): teste amplamente utilizado para avaliação do funciona-

mento cognitivo, avaliando também os prejuízos cognitivos associados à doença cerebral. Compreende duas escalas principais: a Verbal (reflete a retenção de informações factuais previamente adquiridas e, com frequência, continuamente adquiridas; subtestes informação, compreensão, semelhanças, aritmética, span de dígitos e vocabulário) e a de Execução (verifica a capacidade visoespacial e a velocidade visomotora em relação a problemas relativamente novos; subtestes códigos, completar figuras, arranjo de figuras, cubos e armar objetos) (WAIS, 2004);

- The Iowa Gambling Task: avalia a tomada de decisão envolvendo a capacidade do indivíduo de inibir a tendência para recompensas imediatas em troca de ganhos em longo prazo mais benéficos. O teste é composto de quatro baralhos (25 cartas cada) que os participantes devem selecionar, num total de 100 tentativas. Em cada carta escolhida o indivíduo ganha ou perde uma quantia de dinheiro fictício. Dois dos baralhos (A e B) possibilitam ganhos imediatos altos, mas grandes perdas monetárias, enquanto os outros dois (C e D) contêm ganhos monetários baixos, porém consistentes, acarretando menos perdas;
- Teste de Stroop: Avalia a atenção seletiva (capacidade de concentração e inibir uma resposta) e flexibilidade cognitiva. É sensível a lesões do lóbulos frontal, possui três cartões, sempre

apresentados na mesma seqüência (1, 2 e 3). Cartão 1 – O indivíduo deve ler o nome das cores, que estão escritas em preto; Cartão 2 – O indivíduo deve ler o nome da cores nas quais os símbolos (XXX) estão pintados; Cartão 3 – O indivíduo deve ler o nome da cor na qual a palavra está pintada (SPREEN; STRAUSS, 1998);

- Torre de Hanói: Avalia a habilidade de manter as metas, planos de ação e outras informações relevantes à tarefa em um estado altamente ativado e acessível, bem como a inibição de informações irrelevantes (HAMBRICK; ENGLE, 2003). Avalia a resolução de problemas, habilidade de aprendizado e desabilidades frontais executivas, consiste em três pinos e quatro discos, os quais o sujeito é solicitado a transportar do primeiro para o último pino, de acordo com regras;
- Trail Making Test (TMT): avalia a capacidade de manutenção do engajamento mental, rastreamento visual, destreza motora, memória operacional, flexibilidade mental e capacidade inibitória. Dividido em 2 partes, a parte A solicita que o sujeito desenhe linhas unindo círculos numerados de forma consecutiva. A parte B, sensível a avaliação da flexibilidade cognitiva, exige que o examinando ligue os círculos, agora com números e letras, intercalando-os crescentemente (LEZAK et al., 2004);
- Wisconsin Card Sorting Test (WCST): utilizado em processos de avaliação

neuropsicológica de funções executivas que envolvem os lobos frontais, verificando o raciocínio abstrato e a flexibilidade do pensamento para gerar estratégias de solução de problemas, em resposta a condições de estimulação mutáveis (HUBER et al., 1992). Desta forma, também pode ser considerado uma medida da flexibilidade do pensamento. O WCST, criado em 1948, foi revisado e ampliado por Heaton et al. (1993) e normatizado no Brasil por Cunha et al. (2006) para 6 a 18 anos. O teste consiste em quatro cartas-chave, utilizadas como estímulo, e dois baralhos de cartas-resposta, de 64 cartas cada. As cartas podem ser classificadas segundo as categorias de cor, forma e número. O sujeito é orientado a combinar as cartas-resposta com uma carta-chave, porém sem que tenham sido esclarecidos os critérios para isso, apenas recebendo como feedback do examinador a verbalização “certo” ou “errado”. As categorias (não verbalizadas pelo examinador) consistem na seqüência cor, forma e número. Após 10 combinações certas, a categoria é mudada sem avisar o examinando. A tarefa termina assim que o sujeito completar seis categorias ou acabarem as 128 cartas-resposta.

Estudos utilizando o WCST indicam que os idosos tendem a apresentar prejuízos significativos, mesmo não evidenciando nenhuma patologia. MacPherson et al. (2002) aplicaram o WCST em 90 sujeitos, dividindo-os em três grupos, de acordo com a faixa etária (adultos jovens, adultos maduros e

idosos). Os resultados demonstraram que o grupo de idosos apresentou maior dificuldade na flexibilidade mental, com a tendência a apresentar um número maior de erros perseverativos.

Kortte et al. (2002) desenvolveram um estudo com 121 pacientes, utilizando o TMT e o WCST. Em comparação aos resultados obtidos com o WCST, o TMT parte B mostrou-se sensível para a avaliação da flexibilidade cognitiva. Souza et al. (2001) enfatizam o uso do Teste Wisconsin de Classificação de Cartas (Wisconsin Card Sorting Test - WCST) e do Teste de Trilhas (Trail Making Test - TMT).

Um estudo americano avaliou as atividades cognitivas de um grupo de 32 pacientes com Doença de Alzheimer, utilizando Escalas Wechsler e o TMT parte A e B. Os resultados demonstraram que, comparando os escores obtidos com uma estimativa pré-mórbida destes pacientes, a inteligência mostrou menor prejuízo, seguida da atenção, velocidade de processamento e flexibilidade cognitiva (JOHNSTONE et al., 2002).

Considerações Finais

A avaliação neuropsicológica vem ganhando importante lugar na prática do profissional da saúde mental, especialmente nas áreas da psicologia, psiquiatria e gerontologia. Por meio do aporte de técnicas, testes e exames para investigação de patologias pode-se ter um diagnóstico clínico mais preciso, o conhecimento acerca do perfil cognitivo do paciente, a possibilidade de um plano mais eficaz de reabilitação, entre outros.

Fundamentalmente este tipo de avaliação é realizado por meio de testes, no entanto, ainda existe uma carência de instrumentos neuropsicológicos no Brasil, sendo então necessário desenvolver novos instrumentos ou adaptar instrumentos estrangeiros, visto que a mera tradução pode comprometer a manutenção da qualidade do teste.

Cabe salientar, também, a importância da utilização deste recurso para uma avaliação mais acurada do funcionamento global e específico do idoso, visando uma melhor qualidade de vida, a manutenção de uma patologia existente, a redução de danos de quadros já instalados e até mesmo a reversão de outros.

Referências Bibliográficas

COSTA, D. et al. Avaliação neuropsicológica da criança. *Jornal de Pediatria*. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Pediatria, vol. 80, nº 7, p. 111-116, 2004.

CUNHA, J. A. *Psicodiagnóstico*. 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CUNHA, J. et al. *Teste Wisconsin de Classificação de Cartas: manual*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

GIL, R. *Neuropsicologia*. São Paulo: Editora Santos, 2002.

- GROTH-MARNAT, G. Introduction to Neuropsychological Assessment. In: _____. (org.). *Neuropsychological assessment in clinical practice: a guide to test interpretation and integration*. New York: John Wiley & Sons, 2000, p. 3-25.
- HAMBRICK, D. Z.; ENGLE, R. W. The role of working memory in problem solving. In: Davidson, J. E. (org.). *The psychology of problem solving*. New York: Cambridge University Press, 2003, p. 176-206.
- HEATON, R. K. et al. *Wisconsin Card Sorting Test: manual*. Odessa: Psychological Assessment Resources, 1993.
- HEBBEN, N.; Milberg, W. *Essentials of Neuropsychological Assessment*. New York: John Wiley & Sons, 2002.
- HUBER, S. et al.. Magnetic resonance imaging correlates of executive functions impairment in multiple sclerosis. *Neuropsychol Behav Neurol*, 5 (1), 1992, p. 33-36.
- JOHNSTONE, B. et al (2002). Neuropsychological deficit profiles in senile dementia of the Alzheimer's type. *Arch Clin Neuropsychol*, 17 (3), 2002, p. 273-281.
- KAPLAN, H. et al. *Compêndio de Psiquiatria*. 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- KORTTE, K. B. et al. The Trail Making Test, part B: cognitive flexibility or ability to maintain set? *Appl Neuropsychol*, 9 (2), 2002, p. 106-109.
- KRISTENSEN, C., Almeida, R. & Gomes, W. (2001). Desenvolvimento Histórico e Fundamentos Metodológicos de Neuropsicologia Cognitiva. *Psicol Reflex Crit*, 14 (2), 2001, p. 259-274.
- LEZAK, M. D. *Neuropsychological Assessment*. 3ª ed. New York: Oxford University Press, 1995.
- LEZAK, M. D. et al. *Neuropsychological assessment*. 4ª ed. New York: Oxford University Press, 2004.
- LURIA, A. R. *Fundamentos de neuropsicologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- MACPHERSON, S. E. et al. Age, executive function, and social decision making: A dorsolateral prefrontal theory of cognitive aging. *Psychology and Aging*, 17, 2002, p. 598-609.
- MATTOS, P. et al. Avaliação neuropsicológica. In: Kapczinski, F., Quevedo, J. & Izquierdo, I. (Orgs.), *Bases Biológicas dos Transtornos Psiquiátricos*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004, p.149-155.
- PAPALIA, D.; OLDS, S. *Desenvolvimento humano*. 7ª ed. São Paulo: Artes Médicas, 2000.
- PARENTE, M.A., TAUSSIK, I. *Neuropsicologia: distúrbios de memória e esquecimentos benignos*, 2002. Disponível em: < <http://www.comciencia.br> >. Acesso em: 22 jul. 2005.
- RAO, S. Neuropsychological assessment. In: Fogel, B. et al. (orgs.). *Neuropsychiatry*. Baltimore: Williams & Wilkins, 1996, p. 29-45.
- SOUZA, R. et al. Contribuição a Neuropsicologia do Comportamento Executivo: Torre de Londres e Teste de Wisconsin em indivíduos normais. *Arq Neuropsiquiatr*, 59 (3), 2001, p. 526-531.
- SPREEN, O.; STRAUSS, E. *A Compendium of neuropsychological tests: administration, norms, and commentary*. New York: Oxford University Press, 1998.
- YUDOFISKY, S.; HALES, R. *Compêndio de Neuropsiquiatria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- WAIS III. *Escala de Inteligência Wechsler para adultos: Manual, adaptação e padronização de uma amostra brasileira por Elisabeth do Nascimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

O Idoso, a Educação Popular e a Política Social.

Uma Leitura a partir de Paulo Freire

**TERESINHA MARIA NELLI
SILVA**

*Mestre e Doutora
em Educação pela
PUCSP. Estudiosa e
pesquisadora na área
da terceira idade.
dguerino@uol.com.br e
ternelli@uol.com.br*



Resumo

O propósito deste artigo é apresentar uma pedagogia voltada para a educação popular e formação política dos excluídos segundo o pensamento freireano, visando focalizar o analfabetismo funcional (constatado em pesquisa SESC/FPA-2007 sobre o perfil dos idosos brasileiros) e destacar o significado da educação popular para a inclusão político-social da população não escolarizada. Essas questões serão discutidas e fundamentadas no trabalho de Torres (1987), no de Queiroz (1999) e no de Paulo Freire nas obras indicadas. O que se quer visualizar na política social são as conquistas dos idosos intermediadas por iniciativas governamentais, entidades públicas e privadas e a ausência de um movimento popular independente e autônomo, fruto espontâneo da mobilização e organização do próprio idoso. Na construção da democracia, a educação popular promove a igualdade social, contribui na formação da consciência política da participação e coloca o desafio de descobrir canais que levem a estender a educação de base aos que dela estão excluídos.

Palavras-chave: Pedagogia. Educação popular. Política social. Idoso. Participação.

Abstract

The purpose of this paper is to present a Pedagogy geared to popular education and political training of outcasts according to the thought of Paulo Freire, doing so to focus functional illiteracy (verified in a SESC/FPA-2007 study on Brazilian seniors' profile) and to highlight the meaning of popular education for political and social inclusion of the population that is not exposed to school/teaching. These matters will be discussed having as basis the work of Torres (1987), Queiroz (1999) and in Paulo Freire's works indicated. We want to visualize in the social policies the achievements of the seniors intermediated by governmental initiatives, public and private entities and the absence of an independent popular movement, as an autonomous, spontaneous result of the mobilization and organization of seniors. In the building of democracy, popular education promotes social equality, contributes in the creation of the conscience of the importance of political participation and presents the challenge of finding channels to extend basic education to those who are excluded from it.

Keywords: Pedagogy. Popular education. Social policy. Seniors. Participation.

Tive o privilégio de freqüentar os cursos de Paulo Freire quando fiz o Mestrado em Educação pela PUC/SP. A influência do Mestre deixou sua marca em todos nós e, a partir daí, passamos a vivenciar uma proposta educacional progressista e inspiradora.

Paulo Freire reescreveu a história da educação brasileira distanciando-a de teorias importadas e propôs uma práxis inovadora. A pedagogia pensada como educação popular ganha a força de inclusão social e potencializa os princípios democráticos da igualdade e oportunidade para todos. Ele não menciona a palavra educação popular em seus livros iniciais e sim no final dos anos 60 e início da década de 70, quando percebe com clareza a natureza política da educação. Até então, sua pedagogia é nomeada como libertadora, crítica, dialógica, democrática.

Para entrar no conteúdo desta proposta pedagógica é preciso retomar a trajetória do pensamento de Paulo Freire, entender as críticas que lhe foram dirigidas e o seu reposicionamento. Isto será feito utilizando o estudo de Torres (1987, p. 72-74), que apresenta o primeiro período freireano marcado pelo livro *A Educação como Prática da Liberdade* (1965), concluído durante o exílio no Chile, em que é destacada a dimensão política da educação.

O segundo período corresponde à publicação do seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1979), em que assume com clareza a relação entre pedagogia e política, acrescentando ao método a consciência de classe, a organização e a ação popular. Reflete dialeticamente sobre os conceitos homem-natureza, cultura-sociedade, liberdade-opressão, permanência-mudança, subjetividade-objetividade, senso comum-senso

crítico, ação-reflexão, pensamento-linguagem, educação bancária-educação crítica, diálogo-silêncio, teoria-prática, codificação-decodificação, análise-síntese, formadores de sua pedagogia.

O terceiro período é marcado pela sua estada como professor visitante na Universidade de Harvard, Estados Unidos da América (1969) e pelo trabalho “Ação cultural para a libertação”, incluído no livro *Ação Cultural para a Liberdade e outros Escritos*, em que Freire reúne textos seus elaborados entre 1968 e 1974.

O quarto período (1970-1979) fecha a análise e é contado a partir de Genebra, quando Freire atua como Consultor Mundial de Igrejas e mantém contatos com diversos processos revolucionários: África, América Latina, Caribe, Tanzânia, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Chile, Nicarágua, Granada.

Há uma última fase que corresponde ao regresso de Freire ao Brasil, (1980-1997) marcado por inúmeras atividades, destacando-se sua atuação como professor universitário na PUC/SP, sua participação na administração pública como Secretário da Educação do Município de São Paulo (1989-1991) e a publicação de novos livros.

Nesse último período, amplia seu campo de ação ao abarcar a educação do adulto, a educação não-formal, a educação infantil e a educação sistemática, conduzindo suas reflexões para os pontos teóricos a serem tocados, aprofundados e reformados com o fim de detectar o tipo de reforma a ser incluído em determinado sistema educativo. Acredita que em toda a sociedade há espaços políticos e sociais para a realização de projetos de educação popular.

O pensamento de Freire exposto em seus livros e palestras não chegou, segundo seus críticos, a formar um corpo teórico consistente, submetido que foi a constante processo de lapidação dos conceitos e de interpretação do contexto sócio-político-cultural em que atuava. Aceitou rebater críticas, corrigir rumos, rever conceitos. Assim, um exemplo: o termo conscientização, gerador de muita polêmica, cede lugar ao de participação. Críticas à educação bancária, em que uma falsa leitura da relação educador-educando conduz à idéia do não-dirigismo no processo ensino-aprendizagem, levam Freire a esclarecer que não existe educação não-diretiva, porque a própria natureza da educação implica diretividade. Para ele, os riscos estão em assumir posição espontaneísta, isto é, deixar os educandos entregues a si mesmos. Aponta também o perigo do saber a priori do educador quando encaminha uma relação de manipulação ou autoritarismo com o educando.

Torres observa:

Não obstante, ainda que se possam criticar suas posições políticas e a debilidade teórica de seus primeiros trabalhos, o que hoje pode ser facilmente adjetivado de reformista foi, de fato, altamente subversivo e inovador no Brasil na década de 60. Questionar a educação tradicional, promover a conscientização, a libertação dos oprimidos, propugnar um novo tipo de educação dialógica, crítica, participativa, mostrar a eficácia de um método que em 45 dias, se propunha conseguir que um analfabeto aprendesse a 'dizer e escrever sua palavra', rompendo seu silêncio e sendo dono de sua 'própria voz', valeu a Freire prisão e exílio quando do golpe do Estado no Brasil em 1964. (TORRES, 1987, p.32).

A sua proposta de educação como ação política e cultural, seu método de conhecer e suas técnicas de alfabetização foram adotados e adaptados a inúmeros projetos educativos. Esta proposta mostrou-se efetiva em contextos marcados por conflito social e embate ideológico.

As reflexões pedagógicas pautadas na realidade do seu tempo são vigorosas, fecundas e nos propomos retomar algumas das idéias instigantes desenvolvidas nos livros iniciais em que se pode perceber o estilo dialógico e a forma de pensar a educação, inconfundíveis desse autor.

Paulo Freire, no livro *Pedagogia do Oprimido*, nota que cada época propõe um conjunto de idéias, concepções, esperanças, dúvidas, valores e desafios em interação dialética com seus contrários, buscando plenitude. A representação concreta de muitas destas idéias, concepções, valores e esperanças enquanto obstáculos ao "ser mais" dos homens constituem os temas da época e indicam as tarefas a serem realizadas e cumpridas.

Os temas envolvem as situações limites entendidas como barreiras encontradas pelos homens em suas relações homens-mundo, homens-homens e apreendidas como freios, obstáculos à libertação. Os percebidos destacados definem o conteúdo significativo do problema a ser resolvido, passando a constituir o universo temático a ser trabalhado pela educação problematizadora objetivando a superação das situações-limites e a transformação da situação opressora. Problematizar é exercer uma análise crítica da realidade decorrente da reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 1968, p.107-110).

Como quebrar o ciclo histórico da reprodução social?

No seu livro *Extensão ou Comunicação?* Freire refere-se ao tempo em que as gerações viveram, experimentaram, trabalharam, morreram e foram substituídas por outras gerações que, por sua vez, continuaram a viver, experimentar, trabalhar, morrer. É um tempo real, de acontecimentos. As gerações foram se constituindo em certa forma de ser, ou de estar sendo, que “per-dura” na nova estrutura, isto é, o tempo da estrutura anterior continua coexistindo com a que surge e o modo de comportar-se não se altera. Cabe à ação humana promover a transformação e quebrar o ciclo histórico da permanência introduzindo a mudança no comportamento dos homens (FREIRE, 1977, p.59).

Na pedagogia de Freire surge a mudança da educação tradicional vigente, reprodutora da desigualdade social, para a nova educação reconstruída em seus princípios e fundamentos. Cabe a ela deixar sua marca transformadora na natureza, na cultura, na história e assumir o papel de humanizar o homem. Nesta direção, sua proposta educativa promove a revolução cultural capaz de alterar a tradição opressora engastada no tempo pela continuidade da ordem injusta. Freire em sua fase socialista reconhece que a educação crítica, mesmo não tendo o poder de mudar a estrutura social, é poderosa alavanca no contexto da mobilização, organização e luta de movimentos sociais.

O aprofundamento na natureza da consciência opressora conduz Freire a adentrar pela mente humana, percebendo-a condicionada por uma situação de dominação histórica,

e propondo a construção de seu método de educação visando a superação da contradição opressor-oprimido que só se efetiva, a seu ver, quando for rompida a aderência com a consciência hospedeira.

A educação tradicional tem o papel de reproduzir a dominação e manter a estrutura do pensar oprimido. Nesta educação, denominada bancária, o saber é uma doação dos que se julgam sábios, aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - a absolutização da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro.

Freire faz a crítica da educação vigente, por ser o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, refletindo a sociedade opressora e a cultura do silêncio. Por esta visão bancária, os homens são vistos como seres de ajustamento, adaptação, estimulando-se sua ingenuidade, a passividade, o adestramento, a submissão.

A consciência crítica está no cerne da proposta educativa. O homem em ato reflexivo assume uma postura gnosiológica de desvelamento da realidade opressora na qual está imerso e modifica sua percepção da situação em que está inserido. A situação gnosiológica em que ocorre superação da percepção ingênua ou mágica da realidade (doxa) para uma percepção crítica (logos) objetiva-se na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

A educação como processo permanente acompanha o indivíduo ao longo da vida. A opção por uma pedagogia da práxis (ação-reflexão-ação) significa aceitar um método de aprendizagem em que se aprende a pensar a

realidade existencial e a traduzir esta reflexão em ação política. O pensamento crítico cria o novo conhecimento liberto do fatalismo, do conformismo, do senso comum e, ao conhecer sua situação existencial, o homem assume-se como sujeito capaz de participar e lutar por seus direitos.

A educação é um ato de conhecimento?

Freire afirma que sim, independente da marca ideológica ou da opção política do educador. Conhecer para quê, com quem, em favor de que, contra quem, a favor de quem, contra quem. E a pergunta prévia a todas estas - como conhecer - que coloca a questão metodológica.

As respostas esclarecem a relação entre métodos-finalidades, tática- estratégia e o educador pode assumir uma posição clara face ao “sonho possível” que pretende atingir.

Paulo Freire explica o que é conhecer:

[...] não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o ‘ como’ de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (FREIRE, 1977, p.27).

O que é a real aprendizagem?

No processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é ‘enchido’ por outros de conteúdos cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende. (FREIRE, 1977, p. 27-28).

A educação é dialógica?

A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam o significado dos significados (...). Nesta comunicação, que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação pensamento- linguagem-contexto ou realidade. (FREIRE, 1977, p. 69-70).

A educação dialógica, co-participativa, efetiva-se no campo da comunicação em torno de situações reais, concretas, existenciais e de signos significantes através dos quais os sujeitos refletem e processam a análise dos problemas enfrentados.

Esse percurso histórico sobre Freire com breve apresentação de suas idéias permite-nos atestar seu grau de compromisso social, a importância da aplicação de suas idéias em programas de cunho político-cultural, sua inserção no contexto político e social vivido. O movimento de participação popular e

de organização social da população adulta no Brasil encontrou em Paulo Freire o tradutor intelectual de suas aspirações.

Sua obra é transcendente porque seu legado é o de uma teoria do conhecimento que interpreta o desenvolvimento da consciência do homem em sua relação com a realidade, capacitando-o para compreender e atuar criticamente em seu próprio tempo.

A radicalização política, a efervescência dos movimentos sociais e o sonho socialista de transformação social desse período histórico cedem lugar a uma outra configuração política mundial. A partir dos anos 80, a queda do comunismo e o predomínio da mentalidade liberal fazem surgir outro cenário político. A contradição socialismo-capitalismo, ainda presente no século XXI, mostra o pêndulo histórico voltado para o capitalismo com primazia na economia de mercado e nas relações de produção e recoloca o dilema: educar para quê? A educação será sempre reprodutora da ordem social? Qual o limite possível da mudança?

O IDOSO E A POLÍTICA SOCIAL

Em 1982 foi realizada em Viena pela ONU, uma Assembléia Mundial sobre o envelhecimento e dela partiram recomendações que orientaram políticas sociais de todos os países interessados. A influência da ONU foi decisiva no envolvimento e realização de metas voltadas ao envelhecimento humano. As propostas repercutiram de modo positivo e as questões do envelhecimento ficaram em evidência no cenário mundial.

O envelhecimento foi enfrentado no Brasil muito mais pelo Estado e lideranças institucionais do que propriamente pelo movimento dos idosos.

Queiroz (1999) apresenta uma cronologia de datas, entidades, propostas direcionadas ao idoso permitindo visualizar os avanços legais resultantes das iniciativas de agentes oficiais e da sociedade civil.

Em 1974 o Governo Federal instituiu a renda mensal vitalícia, auxílio financeiro às pessoas carentes de 70 anos e mais, não atendidas pelos benefícios da Previdência Social, estimulando a formação de grupos de aposentados junto aos centros sociais do INPS.

Em 1976 o Ministério da Previdência e Assistência Social realiza três Encontros Regionais com o objetivo de definir o perfil do idoso brasileiro que se completa na realização de um Seminário Nacional, da qual decorre o documento “Política social para o idoso: diretrizes básicas” cujo conteúdo refere-se à implantação de uma política social para idosos.

Entre as propostas apresentadas destacam-se a criação de serviços médicos especializados, a revisão do sistema de Previdência Social, a preparação para a aposentadoria, a formação de recursos humanos, o apoio à família para a manutenção domiciliar do idoso, a revisão dos critérios para concessão de subvenções a entidades de abrigo para idosos, a articulação de recursos comunitários para atendimento ao idoso em programas de lazer e educação permanente.

Em 1978 o SINPAS (Sistema Nacional de Previdência Social) é criado e a Fundação LBA (Legião Brasileira de Assistência Social) torna-se o órgão de execução das primeiras diretrizes

de Política da Velhice, por intermédio do PAI (Programa de Atenção ao Idoso).

Ao lado das medidas governamentais, inúmeras entidades assumem iniciativas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de lazer: SESC, SESI, ACM, prefeituras municipais, paróquias, associação de moradores, clubes esportivos, sindicatos.

Em 1986 cria-se em São Paulo o primeiro Conselho Estadual de Idosos do país e a iniciativa expande-se para outros estados e municípios brasileiros. De sua composição constam especialistas da área, representantes de entidades de idosos e dos próprios idosos, abrindo-se um canal de comunicação com o poder público para atendimento de reivindicações. Já a Constituição de 1988 em seu artigo 230 esclarece a responsabilidade da família, da sociedade, do Estado para com o idoso.

Em 1989 diversos grupos de trabalho são constituídos junto ao Ministério do Bem-Estar Social, depois junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social, para a elaboração de um Projeto de Política Nacional do Idoso resultando em um projeto de lei aprovado pelo poder legislativo e sancionado pelo executivo em 04/01/1994.

Finalmente, em 1996 a Lei 8.842 é regulamentada, conferindo ao idoso (maiores de 60 anos) o papel de agente principal na conquista de sua autonomia, integração e participação social, fazendo-o por meio de suas organizações representativas.

Queiroz (1999) observa que foi pequena a participação dos idosos na elaboração do projeto de Lei da Política Nacional do Idoso entre 1990 e 1993. Há um comportamento crescente de apatia entre os idosos, apesar da

oficialização de canais de participação popular abertos pelos Conselhos do Idoso (QUEIROZ, 1999, p.211).

Existe um grande desconhecimento de toda população em relação à lei 8.842. Os idosos brasileiros ainda não dispõem de organização social suficientemente forte para reivindicar o respeito aos seus direitos. Não tem ainda exercitado de forma efetiva a sua cidadania e nem tem consciência de sua força política. (QUEIROZ, 1999, p. 209).

A pesquisa “Idosos no Brasil” traz no item sobre o estatuto do idoso dados recentes sobre o desconhecimento desta lei:

A maioria da população brasileira idosa ouviu falar no Estatuto do Idoso, mas não leu. Acredita que o Estatuto deve garantir, sobretudo, direitos sociais, com destaque para o acesso à saúde e à aposentadoria ou alguma outra renda. (FALEIROS, 2007, p. 165).

Continua válida a constatação de Queiroz sobre o tema e também sua conclusão de que a diversidade das condições socioeconômicas da população brasileira e as condições contrastantes de envelhecimento nas diferentes classes sociais formam um quadro de velhice heterogênea com diferentes imagens de idoso: marginalizado, precoce, pseudo-idoso, isolado, ativo, engajado. A seu ver, é nos meios urbanos que se encontram os idosos ativos e engajados, participantes dos movimentos associativos voltados para as necessidades e aspirações desse segmento.

O autor completa:

[...] não podemos dizer que os idosos sejam novos atores sociais na luta pela efetivação de seus direitos, mas acreditamos que eles constituam, potencialmente, o contingente populacional a ser sensibilizado e instrumentalizado para assumir essa luta. (QUEIROZ, 1999, p.207).

Os avanços legais a partir da década de 70 resultaram positivos e os idosos foram beneficiados no campo da previdência social, na área da saúde e em propostas de ocupação do tempo livre, contribuindo para uma melhor qualidade de vida. Uma grande parcela da população idosa tem hoje acesso a bens e serviços promovidos por entidades públicas e particulares que assumiram para si a responsabilidade de zelar pelas necessidades dos idosos e atender aos seus interesses.

Os idosos são pessoas nas quais o potencial de ação e experiência de vida são características fortes e que, devidamente motivados e instrumentalizados, apresentam uma possibilidade real de participação na conquista de uma qualidade de vida melhor e na construção de uma sociedade mais justa para todos. (QUEIROZ, 1999, p.212).

Ao atentar-se para a especificidade da população idosa com seu quadro de velhice heterogênea, concentração em centros urbanos, condições sociais e econômicas diversificadas, diferentes estágios de escolarização, deduzimos que os projetos e propostas da educação do adulto precisam ser diferenciados e incluir a população idosa.

O segmento do idoso tem obtido grandes ganhos com o apoio de entidades públicas e privadas, obtendo conquistas previdenciárias na área da saúde, acesso a programas socio-culturais, entre outros. O modelo com base no lazer introduzido nos anos 70, 80, por exemplo, muito bem aceito pelo idoso, vem beneficiando sua integração social.

A população idosa escolarizada urbana dá preferência aos cursos oferecidos pelas Universidades da Terceira Idade e dispõe

das variadas modalidades de convivência oferecidas na comunidade. Os demais, não escolarizados, dificilmente são atraídos por apelos que não se refiram ao seu cotidiano e aos problemas existenciais que os afligem. Carecem da educação de base que projetos de alfabetização de adultos em larga escala poderiam atender.

Programas educativos voltados para essa população precisarão ir além do social e cultural e conduzir a consciência de cidadania, despertando interesse no processo político de participação por perceber que os problemas do cotidiano podem ser resolvidos pelos canais sociais que a democracia torna acessíveis a todos.

Por que voltar a Freire buscando um reencontro com seu pensamento e com sua obra?

O movimento de educação popular (décadas de 70 e 80) focado na educação do adulto colocou em destaque o trabalho de alfabetização conduzido por Paulo Freire, ainda que não tenha feito surgir um movimento popular próprio do idoso.

Os movimentos populares arrefeceram e a questão da educação popular continua a colocar o desafio de descobrir outros canais que levem a estender a educação de base aos que dela estão excluídos.

A continuidade do problema foi constatada na pesquisa realizada pelo SESC/FPA sobre o perfil dos idosos brasileiros, quando se aponta que:

[...] comparativamente aos brasileiros jovens e adultos não idosos (16 a 59 anos), a população idosa brasileira urbana (60 anos e mais), é mais feminina, declara-se mais da cor branca, é mais católica e, sobretudo, menos escolarizada - metade é atingida pelo analfabetismo funcional. (NERI, 2007).

As questões pedagógicas propostas por Freire continuam atuais quando nos propomos refletir sobre exclusão social, dado que o canal da educação formal é um dos que decidem sobre a igualdade ou desigualdade social. O processo de escolarização, não sendo extensivo a todos nos diferentes níveis do ensino, limita a participação política consciente à parcela dos que podem ter acesso à educação de qualidade.

E os demais? Estamos frente a uma questão complexa.

De um lado, sem voz própria politicamente, estão parcelas da população idosa que não tiveram acesso a qualquer escolarização. De outro, há a não participação dos que, mesmo tendo estudado, não percebem a política como fazendo parte do seu cotidiano e da vida em comum. O desinteresse pela política entra pela questão cultural e social e pelas distorções do próprio conceito, muito distante da vivência cotidiana e das formas de enfrentamento dos problemas diários enfrentados pela população. A educação política de todo cidadão é produto de uma formação básica e o ensino de boa qualidade colabora nessa aprendizagem. É preciso destacar nela o núcleo da educação popular como sendo capaz de efetivar a construção da democracia e formar a consciência política de participação.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Brasília. DF. Senado. 2000.

BRASIL. Lei 8842, de 04 de janeiro de 1994. Política nacional do idoso. Brasília: MPAS, 2003.

BRASIL. Lei 10741, de 1 de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Brasília: MPAS, 2003.

FALEIROS, V. de Paula. Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos. In: Idosos no Brasil. Vivências, desafios e expectativas na terceira idade (Anita Liberalesso Néri (org). São Paulo: Edit. Fundação Perseu Abramo/ Edições Sesc. SP. 2007, p.165.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

NERI, A. Liberalesso . Feminização da velhice. In: Idosos no Brasil. Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade.(Néri, A. L. org). São Paulo: Edit. Fundação Perseu Abramo/ Edições SESC SP, 2007, p. 47-64

QUEIROZ, Z.P.M. Participação popular na velhice: possibilidade real ou mera utopia? In: O mundo da saúde. São Paulo, EDUNISC, ano 23, v.23,n.4, julho/ agosto, 1999.

TORRES, R.M. (Org.) Um encontro com Paulo Freire. São Paulo: Loyola, 1987.

Bibliografia complementar

ABRAMOWICS, M. (org.). *Quando a Universidade vai à escola pública*. Oficinas pedagógicas na formação docente. Uma prática curricular sob inspiração de Paulo Freire. São Paulo: Lúmen Edit., 2004.

BRANDÃO, C. R. *O que é método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, D. A. *As utopias na educação*. Ensaio sobre as propostas de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. *Por uma Pedagogia da Pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. et al. *Pedagogia: Diálogo e Conflito*. São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE, P.; SHOR, I. *Medo e Ousadia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LIMA, V. A. de. *Comunicação e Cultura; as Idéias de Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MACLAREN, P.; LEONARD, P. (eds.). *Paulo Freire. A critical Encounter*. Londres: Routledge, 1993.

MANFREDI, S. M. *Política: Educação Popular*. São Paulo: Símbolo, 1978.

SILVA, T. M. N. *A Construção do Currículo na Sala de Aula; o Professor como Pesquisador*. São Paulo: E.P.U., 1990.

_____. A Construção de uma Pedagogia para o Idoso. *A Terceira Idade*, São Paulo, v.13, n.25, ago. 2002, p.63-74.

_____. A Desigualdade de Gênero na Terceira Idade. *A Terceira Idade*, São Paulo, v.17, n. 36, junho, 2006.

Entrevista



Billy Blanco

William Blanco Abrunhosa Trindade, ou simplesmente Billy Blanco, um paraense que há muitos anos se aclimatou muito bem ao Rio de Janeiro. Billy está entre os mais criativos compositores da música brasileira de todos os tempos. Cronista da vida carioca, mas também paulistana, pois viveu em São Paulo, compôs músicas deliciosas como “Pistom de Gafeira”, “Mocinho Bonito”, “Tereza da Praia”, “Estatuto da Gafeira” e tantas outras, imortalizadas por vozes famosas, como Dolores Duran, Isaura Garcia, Lúcio Alves, Dick Farney e Dóris Monteiro. Estabeleceu parcerias memoráveis com Tom Jobim, Baden Powell e João Gilberto, entre outros. Aos 85 anos, continua compondo e fazendo shows. Billy reside em Copacabana, onde nos recebeu para esta agradável conversa.



REVISTA – *Você nasceu em Belém do Pará?*

BILLY – Sim. Mas não tenho culpa nenhuma, não tenho culpa de ter tido esse privilégio. Amo o Pará.

REVISTA – *Com quantos anos veio para o Rio?*

BILLY - Com 19 anos fui para São Paulo estudar arquitetura no Mackenzie. Depois, vim para o Rio completar o curso e formei-me. Fiquei no Rio porque é a capital do samba, vim para fazer música. Faço música desde os 11 anos, trabalhei como músico e cantor em Belém, dos 13 aos 15 ou 16 anos. Depois vim para o Sul e interessei-me ainda mais pela música, porque encontrei muitos músicos, inclusive o Tom Jobim, que também era estudante de arquitetura.

REVISTA – *Desde cedo você ligou-se nas músicas de Noel Rosa, escutando-as num pré-histórico rádio de galena, não é?*

BILLY – Sim, sou um homem muito antigo. Eu ouvia num rádio de galena justamente uma rádio do Rio, que tocava muito Noel Rosa. A letra e a música dele me impressionavam, fui me inspirando em seu jeito de compor. O Noel

foi um letrista extraordinário, sempre contava uma história e era de uma sensibilidade muito grande.

REVISTA - *Por que arquitetura? O que o levou a estudá-la?*

BILLY – A arquitetura, para Goethe, é música petrificada. Há uma relação muito grande entre música e arquitetura, talvez por isso eu tenha me interessado pela arquitetura também. Não havia outra coisa a fazer, não havia outra carreira a seguir, a não ser arquitetura. No Rio, terminei o curso na Escola de Belas Artes da Universidade do Brasil, nos anos 50.

REVISTA - *Como se deu essa passagem da arquitetura para música?*

BILLY – Fazia letra sobre a prancheta, as idéias vinham, eu anotava onde podia e depois desenvolvia. A arquitetura acompanhou-me durante muito tempo, depois de formado dividi-me entre música e arquitetura. Há uma grande soma de arquitetos fazendo parte da música. Como já disse, Antônio Carlos Jobim foi meu colega de turma. Ele entrou em 5º lugar, mas, no meio do primeiro ano, disse ao padraço que não queria mais estudar arquitetura, que queria a música, e pediu-lhe que alugasse um piano. Bendita opção. Quando cheguei à faculdade - no 4º ano, transferido do Mackenzie - uma colega do curso contou que outro companheiro também era compositor e trabalhava na época no Posto Cinco. Era o inferninho da Avenida Atlântica. Fui conhecê-lo, apresentei-me, disse-lhe que estava na turma em que ele deveria estar e ele convidou-me para ir à casa dele. Ficamos amigos e começamos a fazer música juntos, em

1949. Ele não era conhecido, ninguém sabia quem era o Tom. Daí nasceu uma amizade e, mais tarde, uma parceria. Comecei a frequentar a casa dele e nós nos tornamos realmente amigos. Sinto uma saudade muito grande, a personalidade dele era magnífica. Um homem íntegro, completamente de acordo com a vida, talvez a pessoa mais brilhante que conheci. Para mim, foi o maior compositor do mundo, eu o incluo entre nomes como Gershwin e Cole Porter. Tom era melhor que eles todos. Um grande mestre.

REVISTA – *Você conviveu muito com Dolores Duran, não é?*

BILLY – Muito, fui namorado dela, ela era fantástica. Uma mulata muito bonita, muito inteligente, gostava muito dela. Dolores tinha uma facilidade muito grande com idiomas, falava francês, inglês, espanhol. Também era uma grande modista, costurava com uma amiga minha. Depois se tornou, talvez, a compositora mais brilhante do país. Namoramos durante uns seis meses, terminamos, mas permanecemos grandes amigos. Eu estava começando a fazer música e ela gravava tudo que eu compunha. Ela gravou “Outono”, “Viva meu Samba”, “Camelô”, “Vaca de Presépio”. Ela ia gravando tudo o que era de minha autoria.

REVISTA – *Fale dos artistas que você conheceu e com quem conviveu, como Lúcio Alves e tantos outros.*

BILLY – Lúcio Alves foi um grande amigo, um grande cantor de várias músicas minhas. Ele fazia parte de um conjunto vocal, depois deixou

o grupo, fez carreira solo e foi brilhante. Era uma figura ímpar, um vozeirão como poucos. Na época, competia com Orlando Silva, Carlos Galhardo, Sílvio Caldas, com um estilo todo moderno. Dick Farney também foi um grande amigo meu, uma voz brilhante, um homem que sabia o que queria da música. Fazia o que queria do piano. Ele dava concertos nos Estados Unidos e, ao sair, encontrava vários músicos americanos o aguardando para levá-lo para suas casas para uma jam session. Sílvio Caldas foi outro amigo, gravou “Viva meu Samba”, que deu nome ao programa do Sargentelli. Isaura Garcia, intérprete brilhante, cantou várias músicas minhas. Sabia o que queria e o que fazer com as músicas, cantava vários gêneros. Elizete Cardoso era maravilhosa, também gravou minhas músicas. O Radamés Gnattali foi outro grande amigo, quando eu ainda não sabia escrever música, ele escrevia na pauta para mim. Foi ele quem deu o título à música “A Banca do Distinto”. Com João Gilberto, eu lidei pouco, mas o conheço bastante. Embora digam que ele é uma pessoa difícil, não penso assim. Difícil mesmo é aquele que não cumpre os horários, que não cumpre o que combina, que não é uma pessoa séria. Para mim, ele é uma pessoa seriíssima, porque ninguém quis lhe emprestar um violão quando ele foi para os Estados Unidos. Eu botei meu violão novinho na mão dele – um Di Giorgio! Ele perguntou se eu iria emprestá-lo, respondi que sim e ele perguntou se eu confiava nele. Respondi novamente que sim. Três meses depois, recebi um telefonema do aeroporto do Galeão, que nessa época ainda não se chamava aeroporto Tom Jobim. Era João Gilberto, dizendo que havia chegado e que estava trazendo meu violão. Passou primeiro em minha casa e deixou o

violão. Um homem sério, de fato. Ele cumpriu a palavra assim que voltou dessa turnê. Contou que era um exagero de cuidados que tinha, vivia agasalhando o violão por causa do frio. Naquela ocasião, ele não tinha recurso para comprar um violão, estava “matando cachorro a grito”.

REVISTA – *E Baden Powell?*

BILLY – Meu compadre, batizei dois filhos dele. O Baden era uma pessoa maravilhosa, musical até a raiz dos cabelos. Uma noite, ele chegou em minha casa e perguntou se eu poderia fazer a letra de uma música. Ele a mostrou e perguntei qual era o nome da composição. Era “Samba Triste”, mas eu podia mudar, se quisesse. Aproveitei o título, ficamos meia hora trabalhando e terminei a música. Se ele tivesse passado primeiro na casa do Vinícius de Moraes, a letra teria ficado melhor. Mas, graças a Deus, ele não conhecia o Vinícius ainda. Vivo dessa música até hoje. Com o Vinícius tive um contato rápido, ocasional. Não foi persistente, não foi um contato que se possa chamar de convivência. Ele era muito ligado ao Tom e eu não tinha nada com o trabalho que eles desenvolviam.

REVISTA – *Como era esta boêmia dos anos 50? Onde você se reunia? Como que era o seu dia-a-dia?*

BILLY - Minha boêmia desde 48, 49, 50 era a seguinte: eu trabalhava no escritório de arquitetura do Sérgio Bernardes das 12h00 às 18h00. Às 18h00, chegava em casa, em Copacabana. Tomava banho, jantava e dormia até 00h30, quando o garçom telefonava. Levantava, fazia a barba, tomava um banho e à 1h00 estava na

noite. Ficava até 2h00 ou 3h00 da manhã. No dia seguinte, eu tinha aula, voltava para casa, dormia mais um pouco e ia tranqüilamente estudar. Quem dorme a noite inteira, principalmente no primeiro horário antes da meia noite, tem o sono mais firme. Eu aproveitava, não tinha nada para fazer, não ficava vendo televisão, coisa nenhuma. Ia dormir. Nos anos 60, a boêmia para mim mudou um pouco, porque já estava casado. Tenho 53 anos de casado, com a mesma mulher. Isso é que é difícil!

REVISTA – *De que modo Armando Cavalcanti e dois oficiais do exército e compositores ajudaram-no no mercado musical e na carreira?*

BILLY – Foi o seguinte: A Dolores Duran levou-me à cantina do César de Alencar; foi o primeiro inferninho que surgiu no Brasil. Lá estavam o Klécio Caldas e o Armando Cavalcante, oficiais do exército, gente séria. Dolores disse que ia entregar-me na mão deles e apresentou-me, dizendo que queria que eles me ajudassem. Daí em diante, não me largaram mais. Levaram-me para tudo quanto é canto, deram-me todas as dicas. Não tive dificuldade por isso, estava bem informado sobre quem no meio artístico prestava e quem não prestava. Eles foram dois compositores brilhantes.

REVISTA – *Dos muitos cantores e cantoras que gravaram suas composições, qual ou quais mais lhe impressionaram pela qualidade da interpretação?*

BILLY – Todos, cada um de um jeito. O Blecaute, o Jorge Veiga, que era muito brincalhão, a Dolores, a Elizete, o Dick Farney, a Elis Regina.

Todo mundo. Eram grandes intérpretes, todos magníficos, cada qual com seu gênero.

REVISTA – *Você tem atuado aqui no Rio, fazendo shows, não é?*

BILLY – Sim. Fiz um show de dois dias no espaço Baden Powell. Já havia estado lá e pediram-me para voltar. Fiz uma apresentação no Bar do Tom. Enfim, estou atuante, graças a Deus, com 85 anos. Gosto de fazer show.

REVISTA – *E como é que foi essa experiência de escrever um livro?*

BILLY – Eu estava na casa do editor Alfredo Machado, de quem era amigo, quando alguém sugeriu que estava na hora de editar as letras de minhas músicas, que eram verdadeiras poesias. Alfredo Machado disse: “-Vamos fazer Tirando de Letra.” Baden estava junto e respondeu: “-Tirando de Letra e Música.” O filho do Alfredo Machado, que era meu editor, pediu-me que fizesse uma apreciação de cada letra, que contasse uma história de como elas foram feitas, o porquê de estarem no livro e que depois apresentasse a letra. Foi assim que o livro foi feito. Chama-se “Tirando de Letra e Música” e foi lançado em 96. Mas nele estão apenas 110 letras e 70 músicas, não ia caber tudo, fiz 400 músicas! Ele tem umas histórias interessantes, coisas da minha vida, vivências. Quem ler com atenção desde o princípio, inclusive o prefácio, vai apreciar.

REVISTA – *A inspiração das suas letras são, de fato, crônicas do cotidiano? Como foram surgindo? De sua própria vivência?*

BILLY – Sim, de minhas experiências no dia-a-dia, minhas observações da boêmia, das pessoas, dos comportamentos.

REVISTA – *Como foi sua convivência com o ex-governador Carlos Lacerda em Nova Iorque no tempo da ditadura? Qual a finalidade dessa viagem?*

BILLY – Ele era um grande amigo. Passei um mês com ele. Assistimos várias vezes a peça “Como Vencer na Vida Sem Fazer Força” e fizemos a tradução das letras e do texto. O texto ficou por conta dele, porque ele falava muito bem inglês, enquanto as músicas ficaram por minha conta. Foi um pedido do editor Alfredo Machado, dono da Editora Record. Em Nova Iorque tive uma convivência magnífica com o Carlos Lacerda, um dos homens mais inteligentes que conheci, muito preparado, culto e inteligente. Um homem raro, teria sido um excelente Presidente da República.

REVISTA – *Como surgiram essa aproximação e essa amizade com o governador Carlos Lacerda?*

BILLY – Fui fazer uma obra para o governo do estado, a Ponte Canal, em concreto protendido. Entrei na concorrência, ele soube e quis falar comigo. Disse que me conhecia como compositor, mas que não sabia que eu entendia de engenharia. Mesmo sendo mais cara, a tendência era dar a obra para outra firma, do Hélio Catroni. Eu o desafiei para que experimentasse fazer o serviço com a minha firma, que, além disso, havia dado um preço menor e ele aceitou a minha proposta. Fiz a obra com perfeição, ele gostou e ficamos amigos daí em diante. Em 64

houve a revolução e eu me ‘pirulitei’ com ele para Nova Iorque. Antes andei fazendo uma temporada em ‘cane’ por aqui.

REVISTA – *Como?! Temporada em Cannes?*

BILLY – Não, em “cane”, por conta da ditadura! Em cana, mesmo!

REVISTA – *Por quê?*

BILLY – Por causa das músicas. Sempre fui “vermelho”. Passei uma noite e um dia no Forte de Copacabana. Quando saí, de manhã cedo, estava entrando o Ziraldo. Perguntei: “-Ô, Ziraldo, já vai?” E ele: “-Não, não vou, me levam.” Ele pediu que eu fizesse uma música para ele e compus “Canto Livre”, em sua homenagem.

REVISTA – *Você fez uma sinfonia para a cidade de São Paulo.*

BILLY – Sim, é a “Sinfonia de São Paulo”. [Mostra o DVD da apresentação] São 14 músicas [lê os títulos]... “Louvação de Anchieta”, “Bartira”, “Monções”, “Tema de São Paulo”, “Amanhecendo”, “o Tempo e a Hora”, etc.

REVISTA – *Você tem saudade do tempo em que morou em São Paulo?*

BILLY – Muita. Meus grandes amigos estão em São Paulo. Foi um tempo muito bom. Morava no bairro de Higienópolis, no Mackenzie, na própria universidade. Havia internato para maiores de 18 anos na época.

REVISTA – *Recentemente você apresentou-se com o seu neto, Pedro Sol. Sua família é uma família de artistas, não é?*

BILLY – Sim, meu filho é meu acompanhador oficial. Billy Blanco Júnior.

REVISTA – *Por falar nisso, como é o seu relacionamento com essa nova geração de músicos? Você mantém contato com eles?*

BILLY – Eu me dou bem com eles. Mas, “bate e escorrega”, porque eu não posso concordar com o que eles fazem. Eles não fazem música, fazem barulho e “mise-en-scène”, mais nada. Apresentação, trejeitos e... sei lá! Voz mesmo, canto, letra e música não tem.

REVISTA – *Como você vê essa transformação da música popular brasileira? Como ela era e como é hoje, em sua avaliação?*

BILLY – Hoje é Bossa Nova total. Ela ganhou o mundo inteiro. Houve o maxixe, a polca, o lundu. São épocas em que a música foi se transformando até chegar à Bossa Nova. Bossa Nova é hoje uma transformação.

REVISTA – *Em relação ao espaço da música brasileira na mídia e nas gravadoras, como está vendo esse momento?*

BILLY – Acho que os donos das gravadoras e das rádios não são nada patrióticos. Eles se interessam apenas pelo vil metal. Está certo, eles querem ganhar dinheiro, mas deveriam ser menos intransigentes. Eles exageram em música estrangeira e para tocar música brasileira é preciso pagar. Nunca paguei, nunca pedi



para ninguém tocar. Quem tocou, tocou. É uma questão de poder econômico mesmo. Fiz uma música agora, que desconfio que será sucesso nacional. Ela se chama “Pelé - Cidadão do Mundo”. Posso mostrar a letra para vocês?

REVISTA – *Claro!*

BILLY - Com licença, lá vem mais um bagulho [levanta-se para buscar o papel com a letra da nova música].

REVISTA – *É um privilégio ouvi-lo em primeira mão... O que o levou a fazê-la? Qual foi a inspiração? Em que estava pensando?*

BILLY – Eu acordei às seis da manhã no dia 13 de maio, pensando em negros amigos meus - Haroldo Costa e outros. Aí me lembrei de um negro: Pelé. Ninguém nunca fez nada para ele, eu fiz. Acho-o fabuloso, o maior atleta do mundo, eu o aprecio. Vou cantar.

*Pelé,
Maior exemplo do país inteiro
Que fez do pé, o ganha-pão primeiro
E orgulho vivo nacional.
Pelé,
Que é na verdade uma razão de glória
Da humanidade em toda a sua história
Porque não houve outro igual.
Pelé,
A raça humana inteira te abençoa
Por uma mãe África que foi tão boa
Ter deixado ser Brasil total.
Pelé,
É mais um ser no meu Planeta Terra
Que batalhou, mas que venceu a guerra
Orgulho Internacional.*

REVISTA – *Muito legal, tomara que seja um sucesso. Em sua opinião, os artistas da Velha Guarda são discriminados pelos agentes culturais, mídia, gravadoras? Como os compositores mais antigos são tratados pela mídia, pelas gravadoras, pelas agências culturais?*

BILLY – Uma desconsideração total. Não há um privilégio como deveria haver. Eles não têm consideração. Sabe o “qué, qué, qué” que o Faustão apresenta? É o bagulho, ele endeusa bagulho. Endeusa um cara como o melhor cantor do Brasil. Esqueço o nome dele. É tão bom que a gente até esquece. É lamentável.

REVISTA – *Que mudanças o senhor mais percebe na cidade do Rio de Janeiro da época em que veio para cá e na cidade de hoje?*

BILLY - Mudou muito. Vou responder cantando:

*Meu Rio, meu Rio entristecido
Beleza pura para todo o lado
Mistura que não faz sentido
Rio, e o anjo desvalido
Crianças no sinal fechado.*

*Meu Rio, meu Rio, como ficaste!
Contado, ninguém acredita
Meu Rio agora é o contraste
O pavor da violência na cidade tão bonita
Todos podiam passear a beira mar
No Carnaval, era confete e serpentina.*

*Poxa! É tão triste acreditar!
Não se pode nem marcar com a namorada
na esquina,
Mas voltarás a ser o Rio mais que perfeito
Que o namorado em vez de pó, trazia flor*

*Te amo Rio, de qualquer jeito
Porque moras no meu peito
Reino do meu amor!*

[Reprodução da canção ao Rio de Janeiro,
Rio do Meu Amor]

Está respondido?

REVISTA – *Completamente e muito bem respondido. Nossa revista chama-se “A Terceira Idade” e ela estuda a questão do envelhecimento. Na parte da entrevista, abre-se um espaço para que as pessoas maduras exponham suas vivências e reflexões. Como se sente essa fase da vida?*

BILLY – Eu vivo, apenas vivo. Adaptado ao que é a minha vida, à minha maneira de viver. Sou um velho consciente de que sou velho. E acho muito bom.

REVISTA – *E quais aspectos destacaria deste período de sua vida, por exemplo, relativamente a perdas e ganhos? Como você vive isso?*

BILLY – Não há perdas e ganhos. Há consequências da idade. As coisas vão acontecendo e vamos nos acomodando a elas. Não há nada que lamentar.

REVISTA – *Existe uma maneira ideal de se viver a velhice e o envelhecimento?*

BILLY – Cada qual vive a velhice a seu modo. Uns vivem chorando, lamentando-se; outros, como eu, vivem cantando.

REVISTA – *Como estão os idosos hoje no Brasil, em sua opinião? O que você pensa disso, pelas suas observações e pelo seu cotidiano?*

BILLY – Alguns estão colocados em seu devido lugar; outros são idosos sem vergonha.

REVISTA – *Sem vergonha em que sentido?*

BILLY – Em todos os sentidos. Diabético que come açúcar, por exemplo.

REVISTA – *Já pensou em fazer alguma música com esse seu olhar apurado voltado para esse momento do envelhecimento?*

BILLY – Não. Nem penso. Dizem que a velhice é feia; para mim, não! A velhice é linda.

REVISTA – *Você anda sempre de branco?*

BILLY – Sempre. Gosto de branco. Nasci num país tropical. Vou usar cor por quê? Se tiver que fazer um show agora, do jeito que estou, estou bem vestido.

REVISTA – *Você comentou sobre os jovens artistas. Ampliando essa questão, como vê a juventude atual? Você poderia deixar uma mensagem para eles?*

BILLY – Existem muitos jovens bons. Eu mandaria a seguinte mensagem para terminar: Haja o que houver, não parem de cantar!

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS NA REVISTA A TERCEIRA IDADE

A revista A TERCEIRA IDADE é uma publicação interdisciplinar, editada desde 1988 pelo SESC – São Paulo, quadrimestral, e dirigida aos profissionais que trabalham com idosos. Tem como objetivo estimular a reflexão e a produção intelectual sobre Gerontologia e seu propósito é publicar trabalhos técnicos e científicos nessa área, abordando aspectos da velhice (físico, psíquico, social, cultural, econômico etc.) e do processo de envelhecimento.

NORMAS GERAIS

Os artigos devem seguir rigorosamente as normas abaixo, caso contrário não serão encaminhados para a Comissão Editorial.

- Os artigos não precisam ser inéditos, basta que se enquadrem nas normas para publicação, que serão apresentadas a seguir. Quando o artigo já tiver sido publicado deve ser informado em nota à parte sob qual forma e onde foi publicado (Revista; palestra; comunicação em congresso etc.)

- As traduções devem estar acompanhadas das autorizações dos autores.

- Os conceitos emitidos no artigo são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da Comissão Editorial da Revista.

- Todos os artigos enviados, e que estiverem de acordo com as Normas, serão analisados pela Comissão Editorial que opinará sobre a pertinência ou não de sua publicação. No caso de aceitação do artigo, o(s) autor(es) será(ão) contatado(s) pelo correio eletrônico, ou outro meio que tiver informado, e terá(ão) direito a receber 03 (três) exemplares do número em que seu artigo for publicado.

Devem ser enviados para o endereço eletrônico revista3idade@sescsp.org.br

- O(s) autor(es) deve(m) enviar uma breve nota biográfica contendo: o(s) nome(s); endereço completo; endereço eletrônico, telefone para contato; indicação da instituição principal à qual se vincula (ensino e/ou pesquisa) e cargo ou função que nela exerce.

- Os direitos de reprodução (copyright) dos trabalhos aceitos serão de propriedade do SESC, podendo ser reproduzidos em outra publicação técnica. O autor também autoriza disponibilização no sítio www.sescsp.org.br

- Os artigos aceitos somente serão publicados com autorização por escrito, do(s) autor(es), cujo modelo será enviado pela Comissão Editorial. O não recebimento da autorização preenchida e assinada pelo(s) autor(es) cancelará a publicação do artigo.

- Os trabalhos aceitos serão submetidos à revisão editorial e qualquer modificação substancial será submetida ao(s) autor(es) antes da publicação.

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

a) Os trabalhos deverão ser apresentados na forma de arquivo digitado em programa Word for Windows e devem conter entre 15.000 e 25.000 caracteres.

b) *RESUMO*: Deve apresentar de forma concisa o objetivo do trabalho, os dados fundamentais da metodologia utilizada, os principais resultados e conclusões obtidas e conter aproximadamente 200 palavras. Deve vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho (palavras-chave)

c) *ABSTRACT*: O resumo em inglês também conter aproximadamente 200 palavras. Deve vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho (keywords)

d) No artigo devem constar as seguintes partes: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão ou Considerações Finais.

e) As referências bibliográficas, notas de rodapé e citações no texto deverão seguir as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

f) Toda e qualquer citação no texto, seja formal (transcrição), seja conceptual (paráfrase) deve ter obrigatoriamente identificação completa da fonte. Esta identificação aparecerá sob a forma de referência bibliográfica e deve ser colocada no texto (sobrenome do autor, ano e página de onde foi extraída a citação).

g) As notas, sejam de referência, sejam explicativas, devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos na ordem em que surgem no texto e podem aparecer em notas de rodapé ou no final do artigo.

h) *ILUSTRAÇÕES*: As ilustrações (gráficos, fotografias, gravuras etc) devem ser utilizadas quando forem importantes para o entendimento do texto. Pede-se que fotos (mínimo 300 dpi), mapas, gráficos ou tabelas tenham boa resolução visual, de forma que permitam a qualidade da reprodução. As ilustrações deverão ser numeradas no texto e trazer abaixo um título ou legenda, com indicação da fonte/autor.

i) *FOTOS*: No caso de utilização de fotos, estas devem vir acompanhadas de autorização de veiculação de imagem do fotografado e com crédito e autorização de publicação do fotógrafo. (O SESC poderá encaminhar modelo). As fotos deverão ser encaminhadas para o e-mail da Revista, em alta resolução, mínimo de 300 dpi.



O SESC – Serviço Social do Comércio é uma instituição de caráter privado, de âmbito nacional, criada em 1946 por iniciativa do empresariado do comércio e serviços, que a mantém e administra. Sua finalidade é a promoção do bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento cultural do trabalhador no comércio e serviços e de seus dependentes – seu público prioritário – bem como da comunidade em geral.

O SESC de São Paulo coloca à disposição de seu público atividades e serviços em diversas áreas: cultura, lazer, esportes e práticas físicas, turismo social e férias, desenvolvimento infantil, educação ambiental, terceira idade, alimentação, saúde e odontologia. Os programas que realiza em cada um desses setores têm características eminentemente educativas.

Para desenvolvê-los, o SESC SP conta com uma rede de 31 unidades, disseminadas pela Capital, Grande São Paulo, Litoral e Interior do Estado. São centros culturais e desportivos, centros campestres, centro de férias e centros especializados em odontologia e cinema.

Conselho Regional do SESC de São Paulo 2004-2010

Presidente: Abram Szajman

Efetivos: Cícero Bueno Brandão Júnior, Eduardo Vampré do Nascimento, Eládio Arroyo Martins, Elisete Berchiol da Silva Iwai, Ivo Dall’Acqua Júnior, Jair Toledo, Jorge Sarhan Salomão, José Maria de Faria, José Maria Saes Rosa, José Santino de Lira Filho, Luciano Figliolia, Lucíola Rodrigues Jaime, Manuel Henrique Farias Ramos, Valdir Aparecido dos Santos, Wallace Garroux Sampaio

Suplentes: Amadeu Castanheira, Ariovaldo Maniezo, Arnaldo José Perialini, Benedito Toso de Arruda, Carlos Alberto D’Ambrósio, Dan Guinsburg, João Herrera Martins, Luiz Antonio de Medeiros Neto, Mariza Medeiros Scaranci, Paulo João de Oliveira Alonso, Paulo Roberto Gullo, Rafik Hussein Saab

Representantes do Conselho Regional Junto ao Conselho Nacional

Efetivos: Abram Szajman, Euclides Carli, Raul Cocito

Suplentes: Aldo Minchillo, Costábile Matarazzo Junior, Ozias Bueno

Diretor Regional: Danilo Santos de Miranda



SESCSP
www.sescsp.org.br
0 8 0 0 - 1 1 8 2 2 0

ISSN 1676033-6



9 771676 033005

BILLY BLANCO